

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Programa de Estudos de América Latina e Caribe

Bolsista: Giovana da Silva Gouvêa

Linha de Pesquisa: Cultura política e a questão social no Brasil – Uma análise do Estado brasileiro no século XX e XXI

Período de Coleta: 01 de janeiro de 2024 até 31 de janeiro de 2024

Data da notícia: **02/01/2024**

Título: No 1º ano de Lula, registro de novas armas para defesa pessoal é o menor desde 2004

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/no-1o-ano-de-lula-registro-de-novas-armas-para-defesa-pessoal-e-o-menor-desde-2004/>

O número de novos registros de armas de fogo para defesa pessoal em 2023 foi o menor desde 2004, segundo a Polícia Federal. O Sistema Nacional de Armas contabilizou 20.822 novos cadastros, 82% a menos que em 2022 (114.044).

Em seu terceiro mandato, o presidente Lula (PT) endureceu as regras para a compra de armas, revertendo a flexibilização adotada sob o governo de Jair Bolsonaro (PL) entre 2019 e 2022.

Em 21 de julho do ano passado, por exemplo, Lula editou um decreto que reduziu a quantidade de armas e munições que poderiam ser acessadas por civis para defesa pessoal. Até a edição do dispositivo, um civil podia comprar até quatro armas sem comprovar efetiva necessidade, além de 200 munições por arma a cada ano.

O decreto reduziu a permissão para até duas armas, mediante a comprovação de efetiva necessidade, e 50 munições.

Segundo a PF, além de uma redução no total de pedidos de posse de arma, 75% das novas solicitações de porte foram negadas. O Sistema Nacional de Armas é o órgão responsável pelo controle de armas de fogo em poder da população, conforme previsto no Estatuto do Desarmamento.

Data da notícia: **03/01/2024**

Título: SP: Articulação para instalar CPI contra padre Julio Lancellotti tem repercussão negativa

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/03/sp-articulacao-para-instalar-cpi-contra-padre-julio-lancellotti-tem-repercussao-negativa>

Uma onda de apoio ao padre Julio Lancellotti ocupou as redes sociais nesta quarta-feira (3), depois que o vereador Rubinho Nunes (União Brasil) anunciou que articula a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que tem como um dos alvos a liderança religiosa.

Em seu perfil no X/Twitter, o parlamentar associou Lancellotti, que atua há décadas em prol da população em situação de rua em São Paulo, a uma "máfia da miséria" ao comentar a instalação da CPI. Na imagem publicada, uma caricatura do padre carrega um rato nos ombros.

Lancellotti afirmou, em seu perfil no Instagram, que não pertence a nenhuma organização da sociedade civil ou não governamental que possui convênio com a Prefeitura de São Paulo. A atividade da Pastoral de Rua, cujo coordenador é a liderança religiosa, é "uma ação pastoral da Arquidiocese de São Paulo, que por sua vez, não se encontra vinculada de nenhuma forma, as atividades que constituem o objetivo do requerimento aprovado para criação da CPI em questão".

Não é a primeira vez que Lancellotti é alvo de setores conservadores da Câmara Municipal de São Paulo e de movimentos de extrema direita. Em outubro de 2020,

Arthur do Val, colega de Rubinho Nunes dentro do Movimento Brasil Livre (MBL), foi condenado pela Justiça após chamar Lancellotti de "cafetão da miséria".

A Justiça também condenou, em agosto de 2022, o bolsonarista Luciano Hang por chamar o padre Julio de "hipócrito" e o acusá-lo de "defender bandidos". "É da turma do Lula. Hipocrisia pura. Temos que ensinar a pescar, e não dar o peixe. Cada dia que passa é mais malandro vivendo nas costas de quem trabalha", disse Hang. "Quem defende bandido, bandido é", acrescentou.

A CPI, se instalada, terá como objetivo declarado investigar organizações não governamentais (ONGs) que supostamente fornecem alimentos, utensílios para uso de substâncias ilícitas e tratamento aos grupos de usuários que frequentam a Cracolândia.

O pedido de abertura da CPI foi protocolado na Câmara Municipal em 6 de dezembro do ano passado. De acordo com apuração do jornal Folha de S.Paulo, o vereador Rubinho Nunes trabalha numa articulação para que a comissão seja instalada em fevereiro, após o fim do recesso parlamentar.

"Já tem as assinaturas. Eu protocolei a CPI com 25 assinaturas que eu coletei em 30 minutos no plenário, mas já tem o apoio de mais de 30 vereadores na Câmara e também tenho construído com as lideranças a abertura da CPI já no início do ano legislativa, em fevereiro", disse Nunes à CNN Brasil.

O Brasil de Fato tentou contato com o vereador, mas não obteve retorno. O espaço está aberto para posicionamento.

Repercussão

Nas redes, a reação à notícia da articulação para a instalação da CPI foi negativa. O X/Twitter registrou, até o fim da tarde desta quarta-feira, mais de 70 mil posts sobre o assunto.

o ministro das Relações Institucionais do governo Lula (PT), Alexandre Padilha, manifestou apoio e solidariedade ao padre Julio e classificou a proposta da CPI como "inacreditável". "A proposta de uma CPI contra o padre Julio Lancellotti é inacreditável e parece uma tentativa de perseguição a defensores da justiça social. Manifesto total

solidariedade e apoio ao padre Julio, conhecido mundialmente por suas ações de caridade", escreveu.

Um dos coordenadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stedile, foi na mesma linha e afirmou a "instalação de uma CPI que é nitidamente uma tentativa de perseguição política ao padre Julio Lancellotti e todos aqueles que lutam pela justiça social".

A deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL-SP) disse que é "inadmissível que a Câmara de Vereadores de São Paulo tente instalar uma CPI contra o padre Julio Lancellotti". "Enquanto a cidade está ao léu, tentam perseguir quem está ao lado da população, lutando por moradia digna, comida e políticas públicas efetivas", escreveu em seu perfil no X/Twitter.

Fernanda Melchionna, deputada pelo PSOL do Rio Grande do Sul, escreveu que a "extrema direita, liderada por um dos fundadores do MBL" tenta instaurar "uma absurda CPI na Câmara de São Paulo para perseguir e tentar criminalizar o padre Julio".

"Os ataques contra Julio Lancellotti são de uma baixeza sem tamanho, perseguem uma pessoa que dedica a vida aos mais pobres e ao combate às injustiças. Fomentam o ódio contra quem oferece o pão e trata com dignidade a população de rua", disse a parlamentar.

O ator e humorista Marcelo Adnet também se posicionou em solidariedade ao padre Julio Lancellotti. Em seu perfil no X, ele disse que "o neofascismo avançou tanto no Brasil que hoje, em nome da morte, perseguimos aqueles que seguem os passos de Jesus Cristo".

Craco Resiste

Outro alvo da CPI é o Movimento Craco Resiste, que também atua com as pessoas em situação de vulnerabilidade no centro de São Paulo. Daniel Mello, membro do movimento, classificou a CPI como uma tentativa de tirar o foco da política municipal para tratar da Cracolândia.

"É toda uma tentativa de intimidação, de tirar o foco da discussão. Desde o início da gestão [João] Doria, passando por [Bruno] Covas e Tarcísio [de Freitas, atual

governador de São Paulo], está se apostando numa política de violência policial associada à internação, que é uma gastança de dinheiro público sem resultado para ninguém, que só piora a situação das pessoas pobres e do bairro, porque acirra um clima de conflito, violência e caos", afirma Mello.

"O tráfico não diminuiu, a quantidade de pessoas em situação de rua só aumentou nesse período, e ficam tentando tirar o foco da transferência principalmente recursos públicos para entidades privadas, clínicas e comunidades terapêuticas", afirma. "Uma tentativa de tirar o foco da ineficiência do governo em cuidar e melhorar as condições de vida para o conjunto da população, atacando os movimentos sociais. A questão é se manter essa política de perfeição às pessoas pobres, usando de bodes criatórios os movimentos sociais."

A despeito da tentativa de instalar a CPI, a expectativa do movimento é que isso não aconteça. "A gente pensa que o conjunto da Câmara de Vereadores vai entender que a cidade tem outras prioridades, vai buscar agir com mínima seriedade. Não tem nenhum fundamento. A gente acredita, ainda que tenha um perfil conservador, a Câmara, a gente espera que se trabalhe com o mínimo de fundamento, com o mínimo de seriedade", afirma.

Data da notícia: **04/01/2024**

Título: Ministério da Justiça e DF assinam plano de segurança para 8 de janeiro e afirmam que atos golpistas não se repetirão

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/04/ministerio-da-justica-e-gdf-assinam-plano-de-seguranca-para-8-de-janeiro-e-afirmam-que-atos-golpistas-nao-se-repetirao>

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e o Governo do Distrito Federal (GDF) assinaram, nesta quinta-feira (4), o Plano de Ações Integradas (PAI) com diretrizes para a segurança no ato em memória do dia 8 de janeiro. Durante a

cerimônia, os governos local e federal garantiram que os atos antidemocráticos de um ano atrás não se repetirão e destacaram a importância da atuação conjunta das diferentes esferas de poder para garantir a democracia. No entanto, detalhes sobre a segurança, como efetivo de policiais e procedimento de revista, não foram informados.

O ministro da Justiça em exercício, Ricardo Cappelli (PSB), declarou que, de acordo com os monitoramentos diários de inteligência feitos até então, "não há nada até o momento que gere uma preocupação maior" para o ato que acontece na próxima segunda-feira (8), no Senado.

"Aquilo foi inaceitável", afirmou Cappelli, sobre os acontecimentos de 8 de janeiro de 2023, e garantiu: "não há hipótese de se repetir". "O Brasil é um país livre e democrático, aqui todo mundo vota em quem quiser, demonstra sua preferência política e ideológica livremente, e é ótimo que seja assim. Agora, não se confunde manifestação democrática com tentativa de golpe de Estado, com ataque aos poderes, com depredação do patrimônio público", completou.

Segundo Cappelli, atos golpistas não voltarão a ocorrer este ano porque a reação da sociedade e dos poderes "foi muito forte" e "estabeleceu limites muito claros". Como exemplo dessa resposta, ele citou a decisão do presidente Lula (PT) de impor uma intervenção federal na segurança pública do DF após o 8 de janeiro, da qual Cappelli foi interventor, a união dos representantes dos Poderes, que no dia seguinte aos atos atravessaram de mãos dadas a Praça dos Três Poderes, ato que, segundo ele, "deixou claro que não existe diferença política que se sobrepõe à Constituição", e a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF).

"Tenho convicção que no dia 8 faremos um dia histórico, um dia de celebração democrática, da democracia revigorada e ainda mais forte com os poderes todos unidos", garantiu Cappelli sobre o evento convocado por Lula para segunda-feira (8).

Já Celina Leão (PP), governadora do DF em exercício, afirmou que o 8 de janeiro deste ano será um "dia de manifestações pacíficas". "A segurança pública toda estará integrada em um único movimento: nós acreditamos na democracia e nós daremos nossas vidas para que a democracia seja cumprida", completou.

De acordo com Leão, o PAI é uma articulação entre as esferas local e federal que representa um monitoramento de todas as ações do dia 8 de janeiro, para que

"independente de ideologia política, as pessoas tenham o direito de deixar aquilo que elas acreditam como uma mensagem democrática".

Plano de Ações Integradas

O PAI define diretrizes gerais para a atuação de todos os órgãos de segurança neste dia 8 de janeiro. As especificidades da atuação de cada um serão detalhadas em planos operacionais próprios.

Segundo Cappelli, de acordo com os monitoramentos de inteligência diários feitos até então, "não há nada até o momento que gere uma preocupação maior". O ministro em exercício afirmou que, até o momento, não há previsão de fechamento total do trânsito na Esplanada dos Ministérios para o ato. "Haverá um fechamento de segurança a partir da Avenida José Sarney", explicou.

Questionado sobre mais detalhes do plano de segurança para a Esplanada no dia do ato, como o efetivo de policiais em ação e os procedimentos de revista, Cappelli informou que o detalhamento operacional será feito pela Secretaria de Segurança do DF, mas que o governo federal terá "250 homens" da Força Nacional no MJSP para proteger o Palácio, que poderão ser mobilizados para uma "eventual necessidade". "Volto a dizer: todas as forças estarão mobilizadas para garantir que seja um dia histórico de celebração democrática", afirmou.

Trabalho de Inteligência

O secretário de Segurança Pública do DF, Sandro Torres Avelar, também participou da cerimônia e afirmou que as "questões dramáticas" vividas no DF no ano passado não irão se repetir. Segundo ele, o trabalho realizado pelos órgãos de inteligência permite "conter e antecipar" os fatos.

O deputado distrital Chico Vigilante (PT) elogiou a atuação de Torres, por conseguir "unir" os diferentes órgãos da segurança pública do DF, como a Polícia Civil, Militar, Bombeiros e Detran. "A tua vinda é fator de tranquilidade para nós, é saber que a polícia não vai se desviar do caminho dela de fazer segurança pública."

O parlamentar também defendeu o trabalho feito por Cappelli e o governo federal: "os governos estaduais sozinhos não dão conta".

Também participaram do evento os deputados distritais Dayse Amarilio (PSB) e Rogério Morro da Cruz (PMN).

Data da notícia: **05/01/2024**

Título: Vereadores de São Paulo organizam 'CPI da população de rua' contra proposta que mira padre Lancellotti

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/05/vereadores-de-sao-paulo-organizam-cpi-da-populacao-de-rua-contraproposta-que-mira-padre-lancellotti>

A bancada do PSOL na Câmara Municipal de São Paulo deve apresentar um pedido de instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o aumento no número das pessoas em situação de rua na capital paulista.

A proposta também nasce como uma reação ao pedido de instalação de CPI protocolada pelo vereador Rubinho Nunes (União Brasil), em 6 de dezembro do ano passado, que tem como um dos alvos o padre Julio Lancellotti. A liderança religiosa atua em prol da população em situação de rua na região há décadas.

A vereadora Silvia Ferraro (PSOL), da Bancada Feminista, informou ao Brasil de Fato que logo após o fim do recesso parlamentar, na primeira semana de fevereiro, a legenda buscará as assinaturas necessárias para protocolar o pedido. No total, é necessário o apoio de 19 dos 55 vereadores.

"Nós, da Bancada Feminista, estamos articulando uma outra CPI para se contrapor a essa, para investigar por que a população em situação de rua de São Paulo cresceu tanto no último período. O que existe de fato é uma negligência do poder público municipal com população em situação de rua. Assim que a Câmara voltar do recesso, nós vamos atrás das assinaturas", afirmou. Um levantamento feito pelo g1, divulgado em setembro do ano passado, mostrou que a capital tem cerca de 53 mil pessoas nesta situação. Em 2019, esse número era de aproximadamente 24 mil.

Nesse contexto, a parlamentar classificou como "absurda" a instalação de uma CPI para "perseguir" pessoas e entidades que "fazem um trabalho assistencial". "Rubinho Nunes fala que essas entidades dão marmitta e comida e que, portanto, perpetuam a população em situação de rua, quando é totalmente inverso a situação", afirma a vereadora.

"Quem perpetua a população em situação de rua é falta do poder público que não tem programa de moradia social, de geração de emprego e renda, que não tem programa adequado com a questão."

O vereador Celso Giannazi, também do PSOL, afirma que a CPI proposta pela oposição vai questionar o que a prefeitura de São Paulo, em nome do prefeito Ricardo Nunes (MDB), tem feito efetivamente para combater o aumento da população em situação de rua. "Considerando que a prefeitura tem recursos financeiros significativos, o problema não é a falta de recursos, mas sim a falta de competência dessa administração para enfrentar com seriedade esse problema."

A vereadora Luna Zarattini (PT), que preside a Comissão de Direitos Humanos na Câmara, já declarou apoio à instalação da CPI proposta pelo PSOL. "Eu acredito ser fundamental e muito importante essa articulação da CPI em relação à investigação do aumento da população de situação de rua feita pela vereadora Silvia Ferraro", disse Zarattini ao Brasil de Fato.

"Enquanto presidente da Comissão de Direitos Humanos, eu apoio essa iniciativa, e o Partido dos Trabalhadores também, porque é fundamental a gente investigar uma série de irregularidades e de ineficácias das políticas públicas em relação à população em situação de rua."

Perda de apoio

Além da articulação por uma CPI que vá na direção contrária da comissão proposta por Rubinho Nunes, a repercussão negativa também fez com que o vereador do União Brasil perdesse apoio da própria base do prefeito Ricardo Nunes, da qual faz parte.

Pelo menos quatro vereadores de São Paulo retiraram o apoio à instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que tem como um dos alvos o padre Julio Lancellotti.

Os vereadores Thammy Miranda (PL), Xexéu Tripoli (PSDB), Sidney Cruz (Solidariedade) e Sandra Tadeu (União Brasil) alegam que foram enganados pelo colega de Casa, o vereador Rubinho Nunes (União Brasil), que articula a implementação da comissão.

"Nós fomos enganados e apunhalados pelas costas. O documento de CPI que assinamos nunca citou o padre Julio e usou de uma situação séria para angariar apoio. 90% dos vereadores que assinaram esse pedido não sabiam desse direcionamento político do vereador [Rubinho] nessa CPI. Eu e meus colegas estamos do mesmo lado do padre Julio, de cuidar das pessoas. Lamento essa politização que o vereador fez do assunto e já pedi pra minha assessoria jurídica acionar a Casa e retirar meu apoio desse projeto", afirmou o vereador Thammy Miranda (PL) em transmissão ao vivo em suas redes sociais ao lado do padre.

Apesar de recuarem no apoio, não é possível retirar a assinatura, uma vez que o pedido para a instalação já foi protocolado em 6 de dezembro do ano passado. Agora, cabe ao presidente da Câmara dos Vereadores de São Paulo, Milton Leite, do mesmo partido de Rubinho Nunes, decidir se aceita ou não o pedido de instalação. A expectativa é que Leite não vá contra seu correligionário, a despeito da desastrosa repercussão sobre a CPI. Ainda assim, não deve atuar em favor da instalação.

Segundo Silvia Ferraro, ainda não é possível dizer qual será o encaminhamento dado por Milton Leite. "Vai depender muito de como vai seguir essa mobilização contra a CPI. Teve um primeiro momento que foi muito impactante o apoio ao padre Julio contra a CPI e exatamente por isso esses vereadores retiraram apoio", afirma. "Até agora a posição do presidente da Câmara foi de analisar. Ou seja, não foi uma posição categórica contra. O que nós estamos dizendo é que não queremos a CPI de forma nenhuma."

Organizações como alvo

Ainda que a CPI não atinja diretamente o padre Julio Lancellotti, a vereadora afirma que, se instalada, a comissão implicará na perseguição de organizações que fazem trabalho assistencial na região central de São Paulo. "Eu estou um pouco preocupada ainda, porque em alguns vereadores disseram que o padre Julio não é o alvo, mas as ONGs, o que também é muito ruim", afirma Ferraro.

Uma das organizações que também é alvo da CPI proposta por Rubinho Nunes é o Movimento Craco Resiste, que também atua com as pessoas em situação de vulnerabilidade no centro de São Paulo. Daniel Mello, membro do movimento, classificou a CPI como uma tentativa de tirar o foco da política municipal para tratar da Cracolândia.

"É toda uma tentativa de intimidação, de tirar o foco da discussão. Desde o início da gestão [João] Doria, passando por [Bruno] Covas e Tarcísio [de Freitas, atual governador de São Paulo], está se apostando numa política de violência policial associada à internação, que é uma ganância de dinheiro público sem resultado para ninguém, que só piora a situação das pessoas pobres e do bairro, porque acirra um clima de conflito, violência e caos", afirma Mello.

A despeito da tentativa de instalar a CPI, a expectativa do movimento é que isso não aconteça. "A gente pensa que o conjunto da Câmara de Vereadores vai entender que a cidade tem outras prioridades, vai buscar agir com mínima seriedade. Não tem nenhum fundamento. A gente acredita, ainda que tenha um perfil conservador, a Câmara, a gente espera que se trabalhe com o mínimo de fundamento, com o mínimo de seriedade", afirma.

Desde a última quarta-feira (3) o **Brasil de Fato** tenta contato com o vereador Rubinho Nunes por meio seu número telefônico. Ainda não houve retorno. O espaço está aberto para posicionamentos.

Data da notícia: **06/01/2024**

Título: Ato em defesa da democracia acontece neste domingo (7) em Brasília (DF)

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/06/ato-em-defesa-da-democracia-acontece-neste-domingo-7-em-brasilia-df>

Um ato em defesa da democracia acontece neste domingo (07), às 10 horas, na pista do Eixão Norte, na altura da quadra 208 da Asa Norte. O "Ato em defesa da democracia - sem anistia para golpistas" é iniciativa de um conjunto de organizações, entre estas a Central Única dos Trabalhadores no DF (CUT-DF) e o Fórum de Oposição Permanente ao Governo Ibaneis.

A atividade acontece na véspera de completar um ano da tentativa de golpe e depredação de patrimônio público por parte de bolsonaristas nas instalações das sedes dos três Poderes.

Para o presidente da CUT-DF, Rodrigo Rodrigues, o objetivo do ato é marcar a memória do que aconteceu para que "não nos esqueçamos de que existe um espírito golpista que tentou impedir que o governo eleito tomasse posse. Tentaram impedir que ele fosse diplomado em primeiro lugar (12 de dezembro de 2022) e tentaram novamente no dia 8 de janeiro de 2023, depois que ele já tinha subido a rampa do Planalto".

Rodrigo também relata que a ofensiva bolsonarista do ano anterior foi além de qualquer insatisfação contra o resultado da eleição presidencial de 2022, já que a postura dos responsáveis foi contra os símbolos do poder público da sociedade civil. "A ofensa não foi só ao presidente, porque eles atacaram os três Poderes, vandalizaram os prédios e os símbolos desses Poderes. Não podemos deixar cair no esquecimento. E, por isso, temos que defender a democracia sempre, temos que estar atentos para que a democracia não seja golpeada. Porque é na democracia que a classe trabalhadora tem a possibilidade de fazer a disputa pelos seus direitos e pela melhoria da sua qualidade de vida", destacou Rodrigues.

A vice-presidenta do Partido dos Trabalhadores no DF, Rosilene Corrêa, confirmou presença através das redes sociais. "Aquela tentativa de golpe precisa ficar viva na memória do povo brasileiro, que é uma forma da gente se proteger, da gente lembrar que essa ameaça continua solta por aí. Nós elegemos o presidente Lula, que foi a nossa garantia de restabelecimento da nossa democracia, mas que vive sob ameaça".

Ato no Senado

Convocado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para a segunda-feira (8), às 15 horas, o ato em defesa da democracia no Senado Federal, com a presença de representantes dos três Poderes e cerca de 500 convidados para marcar um ano dos ataques golpistas de 8 de janeiro, promovidos por bolsonaristas que não aceitaram o resultado das urnas e depredaram o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF). A governadora em exercício do Distrito Federal, Celina Leão, substituirá Ibaneis Rocha, que está de férias nos Estados Unidos até 15 de janeiro.

Data da notícia: **07/01/2024**

Título: Policiais do Bope-RJ vão usar câmeras em fardas a partir de segunda-feira (8)

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/07/policiais-do-bope-rj-va-ousar-cameras-em-fardas-a-partir-de-segunda-feira-8>

Policiais do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar (Bope) do Rio de Janeiro passarão a usar câmeras em seus uniformes a partir de segunda-feira (8). A informação foi confirmada pelo próprio batalhão.

De acordo com o secretário de Polícia Militar (PM) fluminense, coronel Luiz Henrique Marinho Pires, até o fim de junho, todas as unidades da corporação incorporarão os equipamentos de vídeo às fardas. A ideia é que 90% dos policiais militares usem câmera.

“Nós vamos cumprir o cronograma informado ao STF [Supremo Tribunal Federal]”, afirmou Pires, lembrando que o ministro da Suprema Corte Edson Fachin determinou que as forças policiais do estado do Rio adotassem as câmeras.

Em julho, o governo do Rio publicou um decreto obrigando os agentes das forças especiais das polícias Civil e Militar a usarem os equipamentos.

De acordo com reportagem da CNN Brasil, até o momento já foram implantadas 11.249 câmeras e outras 1.660 estão em fase de implantação. Ao todo, 13 mil câmeras foram adquiridas. Os dados são da PM.

Violência policial

As polícias do estado do Rio de Janeiro mataram 1.327 pessoas no ano de 2022. Isso significa que 29,7% de todas as mortes violentas registradas no estado são de responsabilidade das forças de segurança.

Os dados foram divulgados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) no último dia 19.

Em artigo, a cientista social Silvia Ramos, que é coordenadora da Rede de Observatórios da Segurança, lembrou que os altos índices de letalidade provocada por agentes de segurança em supostas operações policiais vêm se repetindo ano após ano no governo de Cláudio Castro (PL), mas que o número atual não deixa de ser "estranhador".

"Algumas vezes essas ações têm muita visibilidade, quando ocorrem vários mortos em uma única operação (chacinas policiais), quando ocorrem em favelas conhecidas com presença de grupos de ativistas locais ou quando morrem crianças ou mulheres. Podemos contar talvez dez, vinte, trinta, quarenta episódios assim num ano. Mas se juntarmos todos os registros que vemos na mídia profissional e redes sociais, chegaremos em média a 300 mortes. E as outras mortes que somam 1.327?", questiona Ramos.

Ainda segundo a socióloga, a maioria das mortes decorrentes de ação policial ocorre silenciosamente, em bairros com pouco capital social, sem grupos locais com capacidade de vocalização, sem a presença de mães heroicas que trocam suas vidas pela luta por justiça.

"Existe um varejo da letalidade policial em bairros distantes do olhar da sociedade e do controle, onde agentes sabem previamente que aquele homicídio 'não vai dar em nada'. São execuções extrajudiciais, acertos relacionados à corrupção, vinganças, negligências e acidentes. Quando somamos tudo dá mais de 1.300. Mortes inúteis, fúteis, preveníveis", afirma.

A coordenadora da Rede de Observatórios chama atenção também para o fato de que 87,3% dos mortos pela polícia no Rio de Janeiro em 2021 eram negros.=

Segundo o ISP, estas são as áreas integradas em que a polícia matou mais de 50 pessoas em 2022: Seropédica, Itaguaí e Queimados (139 pessoas); São Gonçalo (131); Duque de Caxias (129); Vigário Geral, Parada de Lucas e Penha (92); Acari, Costa Barros e Vicente de Carvalho (84 pessoas); Nova Iguaçu, Mesquita e Nilópolis (81); Niterói (79); Bangu (63); Mangaratiba, Angra e Paraty (60); Belford Roxo (58) e São João de Meriti (54).

"Qualquer governo preocupado com a segurança já teria providenciado estudos e levantamentos nos registros para compreender as mudanças nos fenômenos. Mas no Rio de Janeiro não existe uma secretaria de segurança. As polícias individualmente não têm qualquer interesse no tema", critica Ramos, apontando ainda omissão do Ministério Público do Rio de Janeiro.

Data da notícia: **08/01/2024**

Título: No 1º ano de Lula, cesta básica ficou mais barata em 15 capitais

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/economia/no-1o-ano-de-lula-cesta-basica-ficou-mais-barata-em-15-capitais/>

Em 2023, primeiro ano do governo Lula (PT), o valor da cesta básica diminuiu em 15 capitais, em comparação com dados de 2022, durante a gestão de Jair Bolsonaro (PL).

Os dados são do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e foram divulgados nesta segunda-feira 8.

Segundo a instituição, as principais reduções acumuladas foram registradas em Campo Grande (-6,25%), Belo Horizonte (-5,75%), Vitória (-5,48%), Goiânia (-5,01%) e Natal (-4,84%).

Já as taxas positivas acumuladas ocorreram em Belém (0,94%) e Porto Alegre (0,12%).

Em dezembro de 2023, o maior custo do conjunto de bens alimentícios básicos foi apurado em Porto Alegre (R\$ 766,53), depois em São Paulo (R\$ 761,01), Florianópolis (R\$ 758,50) e Rio de Janeiro (R\$ 738,61).

Nas cidades do Norte e do Nordeste, onde são pesquisados 12 produtos, Aracaju (R\$ 517,26), Recife (R\$ 538,08) e João Pessoa (R\$ 542,30) registraram os menores valores médios.

Preço da carne cai em todas as capitais

Entre dezembro de 2022 e 2023, o preço da carne bovina de primeira diminuiu em todas as cidades pesquisadas, de acordo com o Dieese.

O aumento da oferta de carne no mercado interno, a suspensão temporária da exportação para China e os altos preços ainda praticados explicam a redução do valor no varejo.

Além disso, o preço do café em pó também caiu em todas as capitais em 2023. Segundo o levantamento, as variações oscilaram entre -19,36%, em Vitória, e -2,60%, em Belém,

Data da notícia: **09/01/2024**

Título: Governo Lula decide tornar permanentes as ações na Terra Yanomami

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/politica/governo-lula-decide-tornar-permanentes-as-acoes-na-terra-yanomami/>

O ministro da Casa Civil, Rui Costa (PT), anunciou que a operação para retirar invasores da Terra Indígena Yanomami se tornará permanente, quase um ano depois de o governo federal declarar situação de emergência de saúde na região. As

declarações foram concedidas nesta terça-feira 9, após uma reunião no Palácio do Planalto.

O governo projeta o investimento de mais de 1,2 bilhão de reais em 2024 em ações de saúde e assistência social direcionadas aos indígenas. O montante será viabilizado por meio de um pedido de abertura de crédito extraordinário, a ser encaminhado ao Congresso Nacional nas próximas semanas.

Equipes da Polícia Federal, segundo o ministro, farão uma reestruturação nas ações para manter militares e agentes na região de forma permanente.

“Saímos de um ano com um conjunto de ações emergenciais para um 2024 de implementações de ações permanentes e estruturantes naquela região. Simboliza a mudança de página que nós estamos fazendo a partir dessa reunião”, afirmou Costa. Ele afirmou ainda que a meta do governo é combater o comércio de ouro ilegal em todas as terras indígenas.

As ações devem ser detalhadas após o Carnaval, segundo Costa. “O grosso do trabalho de combate ao crime organizado foi feito de forma vitoriosa. O que não significa que não tenha mais garimpeiro e criminoso na região.”

Em linhas gerais, o plano seria criar uma coordenadoria local e permanente de ações do governo federal para a região. Haveria, por exemplo, três bases dentro da terra indígena.

De acordo com o ministro, a Casa de Governo em Roraima será responsável por “gerenciar presencialmente esse conjunto de ações, que, a partir de agora, viram permanentes, e não esporádicas, não emergenciais”.

O novo órgão deverá incluir os ministérios com ações relativas aos yanomamis, como Justiça, Saúde, Povos Indígenas, Assistência Social e Defesa. As Forças Armadas deixarão de cuidar da parte logística das ações de assistência, mas também farão parte logística das ações de assistência, mas também farão parte da estrutura, assim como a PF.

Também haverá ações para recuperar o modo de vida dos yanomamis, como reestruturar suas operações de pesca e lavoura. Isso reduziria, por exemplo, a necessidade de entrega de alimentos.

As medidas foram discutidas com Lula (PT) e ministros durante reunião no Planalto. Ao abrir o encontro, o presidente disse não ser possível “perder uma guerra para o garimpo ilegal”, diante da constatação de que os garimpeiros expulsos teriam retornado ao território Yanomami.

“Nós vamos ter que fazer um esforço ainda maior, utilizar todo o poder que a máquina pública pode ter. Porque não é possível que a gente possa perder uma guerra para o garimpo ilegal”, afirmou Lula.

No fim de dezembro, a Justiça Federal de Roraima determinou que a União criasse um cronograma de ações de combate ao garimpo ilegal nas terras indígenas.

Data da notícia: **10/01/2024**

Título: Um mês do assassinato de jovem lésbica no Maranhão motiva atos em todo o país contra o lesbocídio

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/10/um-mes-do-assassinato-de-jovem-lesbica-no-maranhao-motiva-atos-em-todo-o-pais-contra-o-lesbocidio>

Nesta quarta-feira (10), completa um mês do assassinato de Ana Caroline Sousa Campêlo, no município de Maranhãozinho (MA). Para marcar a data, o Levante Nacional Contra o Lesbocídio realiza atos em diversos estados do país.

Ana Caroline era uma trabalhadora de 21 anos, lésbica, negra, não-feminilizada, ela foi sequestrada quando saía do trabalho em 10 de dezembro de 2023. Seu corpo foi encontrado com sinais de tortura e mutilações. No último dia 07, outra mulher lésbica foi assassinada no município de Cruz, Ceará. Seu corpo também foi encontrado com marcas de tortura.

Eva Carreira, representante lésbica da Bahia no coletivo MET Bronca, explica que esses casos são computados nos registros oficiais como homicídio ou feminicídio, não sendo possível mensurar a quantidade de casos de lesbocídio no estado, nem no

país. Ela destaca que a produção desses dados ainda é uma luta das mulheres lésbicas.

“Para podermos saber quantas das nossas estão sendo brutalmente tombadas e, de uma forma mais segura, lutarmos para a diminuição do lesbocídio, sabermos a linha que os assassinos usam para cometerem o lesbocídio. Desta forma vamos intensificar os atos para estarmos mais seguras e abarcadas pela segurança pública e o poder judiciário”, explica.

Como resposta aos assassinatos recentes, entidades lésbicas de todo o Brasil formaram o Levante Nacional Contra o Lesbocídio, exigindo respostas e celeridade na solução dos crimes. De acordo com o Levante, o lesbocídio é definido como “a morte de lésbicas com forte componente ou motivada essencialmente por lesbofobia ou ódio (lesbo-ódio), repulsa e discriminação contra a existência lésbica”, sendo catalogado como um tipo de feminicídio e crime de ódio.

Outra reivindicação feita pelo Levante Nacional é a aprovação do Projeto de Lei Luana Barbosa, que prevê a criminalização do lesbocídio. Luana Barbosa, também mulher lésbica e negra, foi assassinada em 2019 pela polícia militar de Ribeirão Preto (SP). Lívia Ferreira, fundadora da Quilomba Nzinga'S LésBiTrans Brasil, presidenta da UNALGBT Bahia e secretária nacional da organização, acrescenta que essa luta não se inicia agora, mas remonta a ação das mulheres lésbicas na década de 1970.

"Nós, lésbicas, estamos desde anos de 70, cobrando do Estado políticas públicas para a comunidade. Temos 1983 como marco de um levante conhecido como 'Stonewall Brasileiro', em que nos rebelamos contra as forças políticas daquela época no espaço chamado Ferro's Bar [em São Paulo]. Já em 1996 nos reunimos no Rio de Janeiro no 1º Seminário Nacional de Lésbicas (Senale) também por direitos, visibilidade e contra a lesbofobia. No ano de 2023 realizamos o 11º Senalesbi [Seminário Nacional de Lésbica e Mulheres Bissexuais], e ainda estamos lutando para que os nossos corpos e corpas tenha o direito de viver e tenha visibilidade", relembra Lívia

Na Bahia, haverá ato em Vera Cruz, na manhã desta quarta-feira (10) e em Salvador, no sábado (13), às 15h, no Santo Antônio Além do Carmo. Outros atos estão sendo organizados pelo Levante Nacional também em redes sociais a partir desta quarta (10).

"Queremos o direito de viver e ser visíveis garantidos. Nossos passos vem de longe nada que esta acontecendo hoje é novo. Queremos a Liberdade e o direito de viver e amar", finaliza Livia Ferreira.

Data da notícia: **11/01/2024**

Título: PGR defende manter condenação de Feliciano por incentivar discriminação a LGBTs

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/justica/pgr-defende-manter-condenacao-de-feliciano-por-incentivar-discriminacao-a-lgbts/>

A Procuradoria-Geral da República defendeu, em parecer enviado ao Supremo Tribunal Federal, a manutenção de uma condenação imposta pela Justiça de São Paulo ao deputado federal Pastor Marco Feliciano (PL) por supostamente incentivar discriminação contra a comunidade LGBTQ+.

O documento, assinado pelo subprocurador-geral Luiz Augusto Santos Lima, chegou ao gabinete do ministro Kassio Nunes Marques, relator do caso, na quarta-feira 10.

Trata-se de manifestação apresentada no âmbito de uma ação movida por Feliciano na Corte. Nela, o parlamentar tenta anular a condenação ao pagamento de 100 mil reais por danos morais coletivos, em razão de publicações nas redes sociais contra uma performance na Parada do Orgulho LGBTQ+ em 2015.

O pedido de indenização partiu da ONG Ação Brotar Pela Cidadania e Diversidade Sexual. Em maio passado, o deputado teve pouco mais de 254 mil reais bloqueados judicialmente como garantia do pagamento.

No Supremo, os advogados de Feliciano argumentaram que a decisão da Justiça paulista violou o entendimento da própria Corte sobre o direito ao proselitismo religioso e à liberdade de expressão.

Para a PGR, contudo, as publicações tratam da “responsabilidade decorrente da veiculação de informações capazes de incentivar o discurso de ódio e a intolerância sem a diligência necessária por aquele que delas faz uso”.

Ao se manifestar pela manutenção da pena, o subprocurador-geral acrescentou que, neste caso, a condenação se refere a “excessos cometidos no exercício da liberdade de informação” e não configura “repressão” à liberdade de expressão.

“A liberdade religiosa não ostenta caráter absoluto e deve ser exercitada de acordo com a delimitação constitucional, segundo o princípio da convivência das liberdades públicas”, escreveu Santos Lima.

Procurado pela reportagem, Marco Feliciano afirmou que o parecer da PGR é um documento “meramente opinativo, que não enfrentou o mérito do processo” e não vincula o julgamento da questão pelo Supremo.

“Continuo persistindo na crença de justiça do Poder Judiciário”, pontuou.

Data da notícia: **12/01/2024**

Título: Ato em repúdio ao feminicídio vai homenagear a artista venezuelana Julieta Hernández em Curitiba (PR)

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/12/ato-em-repudio-ao-femicidio-vai-homenagear-a-artista-venezuelana-julieta-hernandez-em-curitiba-pr>

Nesta sexta (12), a partir das 19h, Curitiba fará ato em homenagem à artista e cicloativista venezuelana Julieta Hernández, assassinada em Presidente Figueiredo (AM), no dia 23 de dezembro. O ato terá "bicibloco" e palco aberto para manifestações em memória da artista, conhecida como Miss Jujuba. O cortejo sairá da Praça Santos Andrade em direção à Boca Maldita, no Centro.

"Julieta Hernández (Miss Jujuba) era artista de rua, cicloviajante e migrante. Viajava pelo Brasil levando arte, palhaçaria, bonecos, afeto, música e riso para todos os

cantinhos do Brasil. Interromperam a sua vida antes de chegar na sua cidade natal, onde se encontraria com sua mãe, irmã e família venezuelana", diz a convocatória do ato.

Outras bicicletadas em homenagem a Julieta devem acontecer em várias cidades do Brasil nesta sexta.

Julieta Hernández, de 38 anos, percorria o Brasil há oito anos levando sua arte, tendo se apresentado em mais de nove estados. Costumava viajar à Venezuela de bicicleta para passar as festas de fim de ano com familiares.

No dia 23 de dezembro, ela deixou de responder aos contatos dos amigos e foi dada como desaparecida. Após quase duas semanas, o corpo foi localizado com sinais de violência, e, no dia seguinte, identificado, no estado do Amazonas. Um casal que mora no imóvel é suspeito de ter assassinato a artista e foi preso. Eles teriam confessado o crime.

Data da notícia: **12/01/2024**

Título: Cinco anos do crime da Vale em Brumadinho terá ações durante todo o mês em MG

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/12/cinco-anos-do-crime-da-vale-em-brumadinho-tera-acoes-durante-todo-o-mes-em-mg>

2024 marca meia década do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, considerado um dos maiores crimes socioambientais e trabalhistas da história do Brasil. Desde o dia 25 de janeiro de 2019, famílias atingidas lutam por justiça e reparação integral. Até hoje, nenhum responsável foi punido e as comunidades seguem enfrentando as consequências.

Neste ano, uma programação extensa homenageia as 272 vítimas fatais e pede por justiça para as comunidades, que tiveram seus modos de vida impactados pela ação

predatória da mineradora. Lançamento de documentário, seminário, celebrações e carreatas são algumas das atividades previstas para todo o mês.

No domingo (14), por exemplo, acontece a “1ª Caminhada de São Sebastião: por uma ecologia Integral”. A ação é em preparação para a “5ª Romaria pela Ecologia Integral à Brumadinho” que, nos últimos cinco anos, acontece no dia 25 de janeiro, com o objetivo de exercitar a solidariedade às pessoas atingidas e manter viva a memória das vítimas.

Na segunda-feira (22), a Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos do rompimento da Barragem Mina Córrego Feijão em Brumadinho (Avabrum) organiza o seminário “Cinco anos sem justiça: rompimento da barragem da Vale em Brumadinho”. Dois dias depois, acontece a “Carreata da Justiça”, que irá percorrer as ruas do município atingido denunciando a impunidade do crime.

Articulador da Região Episcopal Nossa Senhora do Rosário (Renser), entidade da Arquidiocese de BH que atua na cidade e uma das organizadoras das ações, Marlon Juvenil de Lima explica a importância das ações.

“Resgatamos a memória, para que não seja esquecido e para que nunca mais aconteça. A Justiça tem ficado cada vez mais distante. Cinco anos depois da tragédia, ninguém foi responsabilizado, ninguém foi preso. Além disso, anunciamos a esperança de um tempo novo, onde as pessoas lidam de outra forma com a Casa Comum, com mais responsabilidade e mais respeito”, conta.

Confira a programação completa:

14/01

7h: Caminhada de São Sebastião: por uma ecologia integral, em Mário Campos e Sarzedo

19/01

18h - Lançamento do documentário “Brumadinho - Relatos de um crime continuado”, no Poliesportivo de Brumadinho

20/01 e 21/01

Visita dos Semeadores da Laudato Sì e dos Semeadores da Ecologia Integral às paróquias da Renser e da Arquidiocese de Belo Horizonte

21/01

7h - Passeio Ciclístico em Homenagem às Vítimas, com concentração na Praça das Joias, ao lado do Letreiro de Brumadinho

22/01

8h - Seminário “Cinco anos sem justiça: rompimento da barragem da Vale em Brumadinho - 272 Mortes”, na Câmara Municipal de Brumadinho

23/01

14h - Missão no Córrego do Feijão

18h - Encerramento com celebração Laudato Sì;

24/01

17h - Carreata por Justiça, com concentração no Cemitério Parque das Rosas

19h - Momento Mariano: Acolhida da imagem de Nossa Senhora da Abadia da cidade de Romaria (MG) e dos membros da Comissão para Ecologia Integral e Mineração (Regional Leste II)

25/01

Romaria pela Ecologia Integral a Brumadinho

8h - Coletiva de Imprensa

9h - Celebração Eucarística

10h30 - Caminhada até o Letreiro

11h - Ato das Famílias

12h - Missa no Córrego do Feijão

Data da notícia: **14/01/2024**

Título: Padre Lancellotti é homenageado em ato e diz que possível CPI não iria enfraquecer seu trabalho

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/14/padre-lancellotti-e-homenageado-em-ato-e-diz-que-possivel-cpi-nao-iria-enfraquecer-seu-trabalho>

Neste domingo (14), o padre Julio Lancellotti foi homenageado em uma missa realizada na Paroquia São Miguel Arcanjo, localizada na região central de São Paulo (SP). O objetivo do ato foi reforçar o apoio ao líder religioso, alvo de ataques por parte de vereadores da capital paulista que articulam a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Municipal para investigar a atuação de ONGs na região conhecida como Cracolândia.

Defendida pelo vereador Rubinho Nunes (União), a CPI, segundo declaração do próprio parlamentar, tem como foco o padre Julio Lancellotti, o Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto e o coletivo A Craco Resiste. Nunes é ex-integrante do Movimento Brasil Livre (MBL).

Ao Brasil de Fato, Lancellotti afirma não temer que a CPI possa enfraquecer seu trabalho. "Toda CPI que for correta e adequada está dentro do papel do legislativo, o poder legislativo deve fazer CPIs. O que não pode é focar em determinadas pessoas e cometer certos abusos de autoridade".

Lancellotti, padre da paróquia de São Miguel Arcanjo, na Mooca, integra a Pastoral do Povo de Rua e é bastante conhecido por sua atuação em defesa da população em situação de rua.

O evento deste domingo reuniu centenas de pessoas e contou com a presença do ex-senador e atual deputado estadual por São Paulo Eduardo Suplicy (PT). Cartazes foram erguidos durante a missa defendendo a atuação do religioso.

Lancellotti preferiu não comentar sobre a oficialização da candidatura de Guilherme Boulos (PSOL) para prefeitura de São Paulo que, agora, tem como vice na chapa Marta Suplicy.

"Eu não faça avaliação de candidatura, como padre devo acompanhar se há critérios humanizadores, seja nessa ou em outra candidatura", comentou ao BdF.

No sábado, o deputado federal Boulos foi até a casa da ex-prefeita de São Paulo para selar a aliança que teve influência do presidente Lula nos bastidores. Para assumir o compromisso, Marta Suplicy se desligou da secretaria que comandava na atual prefeitura de Ricardo Nunes (MDB), que deve se lançar a reeleição.

Nos últimos dias, Lancellotti vem recebendo apoio de figuras públicas e lideranças políticas nacionais, como foi caso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que publicou um texto reconhecendo o trabalho do padre.

A chamada CPI das ONGs ganhou grande repercussão depois de o vereador Rubinho Nunes dizer que, contra a "máfia da miséria", colocaria padre Julio "no banco dos réus".

Com a pressão, sete vereadores quiseram voltar atrás na assinatura do requerimento da CPI das ONGs, mas a proposta foi protocolada e precisa de 28 votos para ser instalada na Câmara Municipal de São Paulo.

"Temos que refletir: onde estaria Jesus hoje em dia?", questionou Lancellotti durante a missa. "Estaria em uma cobertura de São Paulo? Em uma cobertura luxuosa? Não, estaria no meio do povo, caminhando com aqueles que são excluídos, preteritos".

"A salvação não é morrer de fome que você vai ser feliz. A salvação é a vida. A gente tem que lutar para que haja pão para todos, para que haja dignidade para todos", declarou o padre arrancado aplausos do público.

Data da notícia: **15/01/2024**

Título: Bolsa Família unifica pagamento em municípios em calamidade no Rio

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/economia/bolsa-familia-unifica-pagamento-em-municipios-em-calamidade-no-rio/>

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) vai unificar o pagamento do Bolsa Família para todos os beneficiários em locais com decretos de calamidade nas regiões atingidas pelas chuvas do Rio de Janeiro. Os pagamentos ocorrerão nesta quinta-feira 18.

Segundo a pasta, dessa forma, os beneficiários da capital fluminense podem sacar a parcela de janeiro no primeiro dia de transferências, sem a necessidade de seguir o calendário escalonado conforme o Número de Identificação Social (NIS).

O Bolsa Família é pago ao longo do ano nos últimos dez dias úteis de cada mês, de forma escalonada. Em janeiro, em todo o Brasil, os pagamentos começam a ser feitos para as famílias no dia 18, mas apenas para as famílias com Número de Identificação Social (NIS) 1.

O ministro do MDS, Wellington Dias, publicou o anúncio no X: “antecipamos os pagamentos do Bolsa Família de todos os locais com decretos de calamidade para a próxima quinta-feira (18/1) nas regiões atingidas pelas enchentes do Rio de Janeiro”, afirmou na rede social.

Neste fim de semana, o temporal que atingiu parte do estado do Rio de Janeiro causou alagamentos e deslizamentos principalmente na Baixada Fluminense e em bairros da zona norte e zona oeste da capital. De acordo com o governo do estado, 12 pessoas morreram e uma está desaparecida. Além disso, o governo estima que 600 pessoas estejam desalojadas ou desabrigadas.

Medidas de apoio

O MDS informou que presta apoio aos municípios pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que oferece o serviço de proteção à população atingida por situações de emergência e calamidade pública com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas.

A pasta também oferece recursos para a logística e apoio das pessoas atingidas. Para ter acesso aos repasses, no valor de R\$ 20 mil mensais para cada grupo de 50 pessoas desalojadas/desabrigadas, o município também precisa ter o estado de calamidade pública ou a situação de emergência reconhecida pelo governo federal.

Na sequência, o gestor local da assistência social preenche o requerimento de solicitação do cofinanciamento.

O MDS acrescenta que nos municípios em situação de calamidade pública e apenas nesses casos, há a antecipação de uma parcela do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que corresponde a um salário mínimo. Caso o beneficiário solicite, pode haver a antecipação de outra parcela. Os valores podem ser reembolsados em até 36 meses, sem juros ou encargos

Data da notícia: **16/01/2024**

Título: Mortes e desaparecidos: como o racismo ambiental associado às fortes chuvas afeta a população mais pobre do Rio de Janeiro

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/16/mortes-e-desaparecidos-como-o-racismo-ambiental-associado-as-fortes-chuvas-afeta-a-populacao-mais-pobre-do-rio-de-janeiro>

As fortes chuvas que atingiram a região metropolitana do Rio de Janeiro no último fim de semana e deixaram 12 pessoas mortas, segundo informações do governo do estado, trouxeram novamente para o debate político o tema do racismo ambiental. O termo repercutiu e foi bastante procurado na internet após ser usado pela ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, em declaração na rede social X sobre o temporal que atingiu seu estado de origem.

Rita Maria da Silva Passos, integrante da Rede Brasileira de Justiça Ambiental e pesquisadora e doutoranda do Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sintetiza o significado da expressão utilizada pela ministra: um conjunto de injustiças que atingem a população mais vulnerável.

“O conceito de racismo ambiental fala justamente sobre práticas, políticas, que afetem direta ou indiretamente povos de cor com relação a sua qualidade de vida ambiental.

Ou seja, você precisa zelar pela vida de pessoas que estão em áreas mais vulnerabilizadas, mais suscetíveis a enchentes, alagamentos, remoções... Então, você precisa estar mais atento a políticas que sejam benéficas a essas populações que, historicamente, são excluídas. Ou seja, há um histórico de políticas nocivas à qualidade de vida de pessoas não brancas. E não falamos só de políticas públicas, mas também políticas empresariais”, explica Passos.

Por causa do alto volume de chuvas no Rio de Janeiro, que já eram previstas pelo Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), rios transbordaram e vários bairros ficaram inundados. De acordo com o Inmet, o índice acumulado de chuva na Vila Militar, zona oeste da cidade, no domingo (14) foi de quase 152 milímetros. O Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil informaram que duas pessoas seguem desaparecidas.

O Rio Botas, localizado em Belford Roxo, na Baixada Fluminense, ficou obstruído pelo lixo. Uma mulher desapareceu no local. O governador Cláudio Castro (PL) chegou a cobrar participação da população na luta contra os alagamentos. Porém, Passos argumenta que a responsabilidade não é só dos moradores, que dependem de ações do governo, como boas políticas de coleta de resíduos e saneamento.

“Você não pode responsabilizar a pessoa por uma prática ou uma ação que é de uma instância política governamental. Então, não dá pra você individualizar. A gente tem um processo político hoje em dia de individualizar e responsabilizar o indivíduo, mas na verdade, o que a gente precisa responsabilizar é a política ou a ausência de política. Ou seja, a ausência de coleta de lixo regular é o que acomete essas populações”, declara a pesquisadora.

Um pouco abaixo do nível do mar, os rios da Baixada Fluminense podem sofrer mais com riscos de transbordamentos quando o volume de chuva é grande e se a maré estiver alta. Mas isso não justifica deixar que tragédias aconteçam, segundo Passos.

“O que a gente tinha que ter era políticas de mitigação e adaptação climáticas e ambientais para que essas pessoas não sofressem com isso. Porque se a gente tem isso na Baixada [Fluminense], na Lagoa Rodrigo de Freitas, que tem uma lagoa gigante, não acontece a mesma coisa. Ou seja, existe uma desigualdade aí no tratamento dessas pessoas”, denuncia.

A entrevista completa, feita pelo apresentador Kaique Santos, está disponível na edição desta terça-feira (16) do Central do Brasil, no canal do Brasil de Fato no YouTube.

[...]

Data da notícia: **17/01/2024**

Título: Governo encerra isenção de impostos a pastores concedida por Bolsonaro no fim do mandato

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/17/governo-encerra-isencao-de-impostos-a-pastores-concedida-por-bolsonaro-no-fim-do-mandato>

Uma medida assinada pela Receita Federal suspendeu nesta quarta-feira (17) a isenção de cobrança de impostos sobre valores recebidos por líderes religiosos. A medida estava em vigor desde julho de 2022, quando foi publicada pelo governo de Jair Bolsonaro (PL) às vésperas da eleição que culminaria com a derrota dele para Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A decisão cita processo em andamento no Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o tema, iniciado após ação do Ministério Público. A suspensão foi publicada pelo Diário Oficial da União (DOU) e já está em vigor.

A medida bolsonarista considerava que valores pagos pelas igrejas a seus "ministros de confissão religiosa" não poderiam ser considerados salários. Assim, estariam isentos de cobrança de contribuições previdenciárias, por exemplo.

Enquanto a medida esteve em vigor, apenas eram considerados salários os pagamentos recebidos pelos líderes religiosos em relação a atividades "comprovadamente" de trabalho, como aulas ministradas em cursos, por exemplo.

Segundo o site Congresso em Foco, a investigação em andamento no TCU cita "possível desvio de finalidade e ausência de motivação". O veículo lembrou que Bolsonaro citou a medida em ato de campanha duas semanas após a publicação

Data da notícia: **17/01/2024**

Título: Governo sanciona lei que cria bolsa de qualificação profissional para moradores de rua

Fonte pesquisada: <https://www.cnnbrasil.com.br>

Link da notícia: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/governo-sanciona-lei-que-cria-bolsa-de-qualificacao-profissional-para-moradores-de-rua/>

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou, nesta terça-feira (16), a lei que cria a política nacional para a população em situação de rua. O texto havia sido aprovado pelo Congresso Nacional em dezembro de 2023.

A medida institui uma série de ações nas áreas de saúde, educação, assistência social e habitação, e tem como objetivo principal o enfrentamento ao preconceito, discriminação e violência contra essas pessoas.

Entre as novidades, está a criação de uma bolsa de qualificação profissional para custear despesas com alimentação e transporte às pessoas em situação de rua que participarem de cursos técnicos ou que desejam melhorar o nível de escolaridade.

O valor da bolsa ainda será definido, assim como os critérios de concessão e vigência. Pelo texto, o recebimento do benefício não impedirá a pessoa de ser atendida em outros programas sociais, como o Bolsa Família.

De acordo com a lei, pessoas em situação de rua são aquelas que têm em comum a falta de moradia e que vivem em espaços públicos ou em unidades de acolhimento institucional para pernoite eventual e provisório.

O texto também obriga estados e municípios a criarem mecanismos que garantam prioridade de vagas em escolas públicas para os filhos — com idade entre 15 e 29

anos — de pessoas em situação de rua que estejam em busca de qualificação profissional.

Outro ponto diz respeito à previdência. O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) deve garantir celeridade e prioridade na análise dos processos das pessoas em situação de rua, bem como facilitar o acesso dessa população aos requerimentos de aposentadoria, de pensões e de benefícios, sem condicionamento das solicitações à apresentação de comprovante de residência.

Centros de apoio

Estados e municípios que aderirem à política nacional deverão criar Centros de Apoio ao Trabalhador em Situação de Rua.

Os centros vão ser responsáveis por cadastrar, captar e oferecer às pessoas em situação de rua a possibilidade de reinserção no mercado de trabalho, vagas de qualificação profissional, além do ingresso no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec) e ao Sistema Nacional de Emprego (Sine).

Os chamados CatRua também vão ser responsáveis em auxiliar a população em situação de rua a emitir documentos como:

- RG;
- CPF;
- Carteira de trabalho;
- Certidão de nascimento;
- Certidão de casamento.

Data da notícia: **17/01/2024**

Título: Após fim à isenção fiscal para religiosos, bancada evangélica fala em perseguição do governo Lula

Fonte pesquisada: <https://www.cnnbrasil.com.br>

Link da notícia: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/apos-fim-a-isencao-fiscal-para-religiosos-bancada-evangelica-fala-em-perseguiacao-do-governo-lula/>

A bancada evangélica no Congresso Nacional reagiu, na tarde desta quarta-feira (17), à decisão da Receita Federal de revogar norma que dava isenção fiscal a líderes religiosos.

Parlamentares ouvidos pela CNN definiram o ato que pôs fim a decisão editada ainda no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) como perseguição do atual comandante do Palácio do Planalto.

Para o líder da bancada evangélica na Câmara dos Deputados, Silas Câmara (Republicanos-AM), a decisão não faz sentido, já que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem dito que quer se aproximar dos evangélicos. Câmara classificou o ato da Receita como lamentável.

Já a vice-presidente da Frente Parlamentar Evangélica do Senado, Damares Alves (Republicanos-DF), usou as redes sociais para criticar a decisão. “Começou! Nós avisamos que de uma forma ou de outra a perseguição viria”, escreveu.

De acordo com a senadora, a anulação do ato editado pelo ex-presidente Bolsonaro tem como objetivo tornar a “os dias” dos evangélicos “bem difíceis”. “Por enquanto é a isenção, mas temos países aqui em nosso continente liderados pela esquerda onde líderes religiosos estão sendo presos e até mesmo expulsos”, completou.

Brecha

A norma abria brecha para que ganhos como “participação de lucros”, “cumprimento de metas” e reembolso por gastos com educação e saúde não fossem tributados.

A decisão, de acordo com a Receita, atende a uma determinação do Tribunal de Contas da União (TCU) para suspender a regra. O principal ponto levantado em

auditoria foi o fato de alguns ganhos estarem sendo confundidos com a “prebenda”, o rendimento eclesiástico, que legalmente é isento da contribuição previdenciária.

Editado no fim de julho de 2022, o “Ato Declaratório Interpretativo nº 1)”, da Receita Federal, aumentou a isenção previdenciária a líderes religiosos.

O documento foi amplamente divulgado por Bolsonaro, então candidato à Presidência, na primeira agenda oficial de campanha em Juiz de Fora, em Minas Gerais, com a presença de pastores de várias denominações.

“A reivindicação já foi aceita, [o ato] está publicado no Diário Oficial da União”, disse Bolsonaro à época. Na ocasião, Bolsonaro insinuou que a medida poderia ter sido editada antes, por outros governos, mas não “ia adiante por perseguição religiosa”.

Logo depois, a área técnica da Receita Federal começou a revisar o ato. Um dos pontos detectados, de acordo com envolvidos na análise, é que o documento não passou pela avaliação de impacto de receita. Procedimento adotado para todas as renúncias fiscais.

Data da notícia: **18/01/2024**

Título: CGU conclui que registro de vacinação contra covid-19 no cartão de Bolsonaro é falso

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/18/cgu-conclui-que-registro-de-vacinacao-contr-covid-19-no-cartao-de-bolsonaro-e-falso>

A Controladoria-Geral da União (CGU) concluiu, após investigação, que o certificado de vacinação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para covid-19 é falso. A informação foi divulgada na noite desta quinta-feira (18) pelo órgão (leia a íntegra do relatório da CGU)

A investigação da CGU ouviu diversas pessoas envolvidas com o caso, entre elas a enfermeira cujo nome consta no cartão de vacinação do ex-presidente e que negou

ter aplicado o imunizante em Bolsonaro. Segundo o órgão, a enfermeira afirmou às autoridades que sequer trabalhava no posto de saúde na data em que foi registrada a suposta vacinação, o que a Controladoria diz ter confirmado por meio de documentos e outros depoimentos.

"Também foram feitas oitivas de funcionários em serviço na UBS no dia 19/07/2021, mas todos negaram ter visto o ex-Presidente da República no local. Da mesma forma, negaram conhecer qualquer pedido feito para registrar a imunização do então Chefe do Poder Executivo", diz o texto divulgado pela CGU. "Os depoimentos foram corroborados pela análise dos livros físicos mantidos pela UBS para registro da vacinação da população. Não foi localizado, nos papéis relativos ao dia 19/07/2021, a presença do ex-Presidente no local para se imunizar", segue o órgão.

De acordo com a pasta, a apuração começou após um pedido feito via Lei de Acesso à Informação para ter acesso ao cartão de vacinação do ex-presidente. A partir daí, foram constatadas inconsistências nos registros da vacinação, que levaram à instauração de um procedimento de investigação para apurar o envolvimento de servidores federais.

"De acordo com os dados constantes do sistema do Ministério da Saúde, no Cartão Nacional de Vacinação do ex-Presidente da República, há um registro contra a Covid-19 que teria ocorrido em 19/07/2021, na Unidade Básica de Saúde (UBS) Parque Peruche, em São Paulo (SP). No entanto, outros dois registros de imunização, que teriam se dado em Duque de Caxias (RJ), haviam sido efetuados por agentes municipais, mas cancelados antes mesmo do início das investigações pela CGU. Ocorre que, em relação a esses últimos no Rio de Janeiro, logo em diligências iniciais, os auditores verificaram a existência de um possível esquema de fraude a cartões de vacinação, envolvendo o Secretário Municipal de Governo do local", segue a CGU.

Fraude levou à prisão de Mauro Cid

A apuração da pasta foi comunicada à Polícia Federal, que avançou nas investigações e deflagrou a Operação Venire com autorização do Supremo Tribunal Federal. Foi nesta operação, realizada em maio do ano passado, que os policiais prenderam o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro Mauro Cid. Ele ficou preso até setembro do ano passado, quando deixou a prisão após fechar um acordo de colaboração premiada

com a Polícia Federal, cujo teor segue sob sigilo. Também foi detido na operação outro ex-ajudando de ordens de Bolsonaro, o ex-tenente do Bope Max Guilherme.

Na operação também foram realizadas buscas em endereços de Bolsonaro e a PF ainda apontou que também teriam sido adulterados os cartões de vacinação da filha do ex-presidente, Laura Bolsonaro, do próprio Mauro Cid, de sua filha e sua esposa. Segundo a PF, as adulterações aconteceram para que os envolvidos pudessem embarcar do Brasil para os Estados Unidos, burlando as normas sanitárias vigentes.

Ainda de acordo com a CGU, nas investigações conduzidas pela pasta foi constatado junto ao Ministério da Saúde que seria impossível o registro de vacinação ter sido feito pelo sistema mantido pelo governo federal, que recebe as informações sobre vacinações dos Estados e municípios. "Portanto, quanto à vacinação que teria ocorrido em São Paulo – único registro que ainda permanece no cartão de vacinação do ex-Chefe do Executivo – a CGU encerrou seus trabalhos no final de 2023. A conclusão foi que se trata de fraude ao sistema estadual de registro de vacinação contra a Covid-19".

A reportagem entrou em contato com a assessoria de Bolsonaro, mas ela não retornou até o fechamento deste texto. O texto será atualizado em caso de contato.

Data da notícia: **18/01/2024**

Título: Polícia Federal prende 'principal comparsa' do mandante das mortes de Bruno e Dom

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/18/policia-federal-prende-principal-comparsa-do-mandante-das-mortes-de-bruno-e-dom>

Mais um suspeito de envolvimento com as mortes de Bruno Pereira e Dom Phillips foi preso pela Polícia Federal (PF) em Tabatinga (AM) nesta quinta-feira (18). O detido é o pescador Jânio Freitas de Souza, segundo informaram os portais g1 e r7.

O indigenista e o jornalista britânico foram assassinados em 2022 por uma quadrilha de pescadores que invadiam a Terra Indígena Vale do Javari, a segunda maior do Brasil.

Em nota, a Polícia Federal (PF) informou ter cumprido mandado expedido pela 1ª Vara Criminal de Tabatinga (AM). Segundo a PF, o homem detido é "conhecido por ser o informante e aliado do mandante dos homicídios", além de seu "principal comparsa".

Apontado pelas investigações e por indígenas do Vale do Javari como mandante do duplo homicídio, o suposto chefe da quadrilha de pescadores ilegais, Ruben Dario da Silva Villas, conhecido como Colômbia, segue preso em Manaus (AM). O advogado dele nega a acusação.

Também estão detidos sob suspeita de cometer os assassinatos três pescadores: Amarildo da Costa Oliveira, conhecido como "Pelado", Oseney da Costa de Oliveira, o "Dos santos", e Jefferson da Silva Lima, chamado de "Pelado da Dinha".

No início da noite desta quinta-feira (18), a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), para quem Bruno Pereira trabalhava, disse que não tinha informações a respeito da nova prisão.

Relembre o caso

Em junho do ano passado, Bruno Pereira e Dom Phillips se deslocavam de barco até o município de Atalaia do Norte (AM), quando foram emboscados e mortos a tiros por pescadores ilegais que se opunham à atividade de monitoramento territorial conduzido pelo indigenista. A dupla ficou desaparecida por 10 dias, quando os corpos foram encontrados por indígenas, esquartejados, queimados e enterrados na mata.

Indigenista licenciado da Funai, Bruno Pereira foi exonerado de um cargo de chefia do órgão pelo então ministro da Justiça e atual senador Sérgio Moro (União). Ele decidiu então trabalhar diretamente para os indígenas da Univaja, onde chefiava o monitoramento de invasores da terra Vale do Javari. Dom Phillips, jornalista britânico experiente em coberturas na região Norte, acompanhava o trabalho de Bruno, enquanto escrevia o livro "Como salvar a Amazônia".

Após as mortes, Bruno e Dom foram difamados pelo governo Bolsonaro. O ex-presidente declarou que eles morreram durante uma "aventura" e que não tinham

autorização da Funai para adentrar a terra indígena Vale do Javari. As mentiras foram apontadas por servidores de carreira do órgão indigenista. No governo Lula (PT), a Funai pediu desculpas formais às famílias das vítimas, e retirou do site uma nota difamatória relativa à morte da dupla.

Data da notícia: **19/01/2024**

Título: Após chuvas, Lula deve viajar ao Rio de Janeiro em fevereiro

Fonte pesquisada: <https://www.cnnbrasil.com.br/>

Link da notícia: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/apos-chuvas-lula-deve-viajar-ao-rio-de-janeiro-em-fevereiro/>

Após chuvas que deixaram doze mortos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu viajar ao Rio de Janeiro. Mas só em fevereiro.

O petista informou a assessores do governo que irá desembarcar no estado fluminense no dia 06 de fevereiro.

A ideia é que o petista cumpra agendas na capital e na Baixada Fluminense. O presidente deve visitar municípios afetados pelas chuvas e inaugurar escolas e hospitais.

Uma das cidades cogitadas pelo presidente é Belford Roxo, governada por Wagner Carneiro, o Waguinho.

Waguinho foi um dos únicos prefeitos da Baixada Fluminense a apoiar o petista nas eleições presidenciais e sua mulher, Daniela Carneiro, foi ministra do Turismo. Hoje, é vice-líder do governo na Câmara dos Deputados.

Segundo um auxiliar do governo, o petista cogitou ir nesta semana ao Rio de Janeiro. Ele desistiu, porém, para não gerar comparação com o Rio Grande do Sul.

Nas chuvas do ano passado, Lula não foi ao estado lulista. Ele delegou a função ao vice-presidente Geraldo Alckmin e à primeira-dama, Rosângela Silva.

Na viagem ao Rio de Janeiro, Lula deve se encontrar com o prefeito Eduardo Paes, candidato do presidente à reeleição.

O PT quer emplacar o candidato a vice-prefeito de Paes, mas o prefeito tem afirmado que quer um nome de sua confiança para a função.

Paes tem sinalizado a intenção de disputar, em 2026, o posto de governador e pretende deixar à frente da capital fluminense um aliado político.

Por isso, o entorno do presidente tem considerado dois nomes: o do secretário municipal de Assistência Social, Adilson Pires, e o ex-presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, André Ceciliano.

Data da notícia: **20/01/2024**

Título: 'Governo teria condições de fazer algo mais efetivo e contundente pelos yanomamis', diz Apib

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/20/governo-teria-condicoes-de-fazer-algo-mais-efetivo-e-contundente-pelos-yanomamis-diz-apib>

Passado um ano de atividades do governo Lula na Terra Indígena (TI) Yanomami, em Roraima, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) avalia que a gestão tem dado pouco de si na assistência ao território, onde vivem 384 comunidades. A TI está sob ação federal há um ano, desde 20 de janeiro de 2023, quando o presidente decretou estado de calamidade pública em decorrência de uma crise humanitária que se alastrava na área desde a gestão Bolsonaro.

“O governo visualizou o problema que ocorria ali naquela região e minimamente se dispôs a enfrentar a situação, mas falta ainda a gente avançar muito pra solucionar o problema. Por mais que a gente saiba de toda a dificuldade que a gestão possa ter enfrentado ano passado por ter herdado um orçamento defasado, uma estrutura precária do governo anterior, o governo atual teria condições de fazer algo mais efetivo

e mais contundente pelos yanomamis, principalmente no que se refere à desintrusão, à retirada dos invasores e a garantia do não retorno deles ao território”, afirma Kleber Karipuna, integrante da secretaria-executiva da Apib.

Em setembro de 2022, o Ministério da Defesa havia contabilizado uma redução de 80% na área afetada pelo garimpo na TI Yanomami, mas a estimativa extraoficial é de que cerca de 8 mil garimpeiros ainda estejam presentes no território, que tem 9.965 mil hectares. A Apib aponta que a permanência de invasores na região se dá porque ao longo do ano passado o governo federal não manteve tropas de segurança em alguns pontos do território, o que provocou um retorno de garimpeiros que haviam sido expulsos no começo de 2023.

“A gente teve uma situação parecida na década de 1990, embora em menor grau de gravidade, mas também na TI Yanomami. Houve a retirada dos invasores naquele momento e se comprovou depois que a ausência do Estado fez com que isso retornasse como um problema muito maior depois. Estamos falando de 20 mil garimpeiros invadindo e destruindo o território. Então, já há uma lição aprendida de governos passados que já deveria ter sido contabilizada neste momento em que se retoma o processo”, resgata Kleber Karipuna.

O garimpo é uma atividade ilegal em áreas indígenas e traz diversos impactos negativos, entre eles a contaminação de rios, peixes e outros alimentos. Um outro efeito colateral é considerado preocupante pelas comunidades da TI Yanomami: a presença de garimpeiros acaba prejudicando a instalação de unidades de saúde por conta da ação violenta de bandos que agem a favor do garimpo e impedem a oferta dos serviços. O presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami, Júnior Hekurari Yanomami ressalta que, quando o governo deflagrou a operação de emergência sanitária no território, mais de 300 comunidades estavam sem atendimento de saúde havia quatro anos, período do governo Bolsonaro.

Segundo o dirigente, todos esses grupos foram atendidos pelas equipes enviadas ao local, mas a situação foi se modificando ao longo do ano, com a retirada das tropas de parte da área da TI. “Temos hoje cerca de 60 comunidades que estão sem esse serviço por conta da presença de garimpeiros fortemente armados. Nós entendemos que a situação na TI melhorou, avançou bastante em alguns aspectos, mas tem dados que mostram que precisamos avançar mais”, cobra.

O Greenpeace, uma das entidades da sociedade civil que acompanham a situação da TI Yanomami, destaca que o problema está permanentemente na boca dos moradores. “A gente vê que essa é uma das principais reclamações das pessoas que costumamos ouvir no território”, destaca o porta-voz da organização, Jorge Dantas. Ele observa que a ação federal na região carece de maior articulação interministerial para fortalecer a presença estatal e não só poupar os moradores da área de um agravamento do problema, mas também garantir uma assistência mais integrada.

“No ano passado, a máquina pública federal conseguiu agir de forma célere no início da operação, aplicando um olhar minimamente transversal e acionando os Ministérios dos Povos Indígenas, do Meio Ambiente, dos Direitos Humanos, da Defesa, bem como Força Nacional, Ibama, etc. Isso foi algo positivo, mas ações voltadas pra expulsão de garimpeiros, queima de aeronaves e coisas do tipo precisam ser pensadas de forma associada ao conjunto das políticas públicas que precisam chegar no território e ainda não chegaram de forma tão efetiva. Isso ocorre principalmente na área da saúde.”

Como resultado da precariedade do atendimento na TI, o índice de mortes no território segue sendo alarmante: entre janeiro e novembro de 2023, por exemplo, foram 308 casos, uma queda de apenas 10% em relação a 2022. As três causas principais foram problemas respiratórios, doenças parasitárias e males consequentes da desnutrição. Na sequência, aparecem os registros de doenças intestinais e mortes por agressões. Já os casos de malária saltaram 61% na comparação com o ano anterior, ultrapassando a faixa das 25 mil notificações. Os dados são do Ministério da Saúde.

“Nós tivemos um período de quatro anos de subnotificações dos problemas de saúde na área Yanomami, então, é também por conta disso que os números são mais elevados, mas é preciso dizer que essa situação de subnotificação já era de conhecimento do governo brasileiro. Sendo assim, nós entendemos que eles poderiam ter investido de uma maneira mais contundente pra barrar esses problemas o máximo possível”, sublinha Kleber Karipuna.

Desdobramentos

A gravidade da situação do povo Yanomami virou caso de Justiça nos últimos meses. Após provocação da Apib, o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal

Federal (STF), determinou que o governo apresentasse um relatório detalhado sobre o andamento das ações voltadas à proteção das comunidades. Em novembro, o magistrado determinou que a União elabore em 60 dias um novo plano para a retirada de invasores de sete territórios indígenas, entre eles a TI Yanomami.

Barroso também fixou que em 90 dias seja apresentado para tais áreas um plano de ação para melhorar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS), que deverá ser aplicado em até três anos. Um dos desdobramentos do caso se deu no último dia 9, quando Lula convocou uma reunião ministerial para debater a situação dos yanomamis. O governo definiu que irá instalar uma casa de governo na região para combater o garimpo ilegal e articular o apoio humanitário. Também deliberou que em 30 dias apresentará um plano de ação com a participação das Forças Armadas, da Polícia Federal (PF) e outros órgãos federais.

Diálogo

Para as lideranças indígenas, os entraves nas áreas de saúde e segurança passam pelo que consideram uma falta de escuta do governo em relação às comunidades para definir pontos que necessitam de atendimento no território. Júnior Yanomami afirma que, diante desse cenário, em 2024 a pressão por diálogo com a gestão tende a aumentar para garantir que as medidas sejam “mais efetivas”.

“A gente precisa de segurança permanente e quer indicar onde tem problema pra gente consertar a Terra Yanomami de vez, porque quem está sofrendo são crianças. Temos que acertar [isso] de vez. Ano passado teve muito trabalho, mas este ano nós lideranças, organizações queremos participar para que a gente possa apontar onde tem [problema] e como se chegar nessas comunidades pra gente zerar em 2024 o número de garimpeiros na TI Yanomami.”

Ele afirma que as lideranças irão pressionar a gestão por “ações mais planejadas” no local. “O governo precisa entender que essa questão do planejamento afeta muitas outras coisas. A gente não quer mais a comunidade bebendo água suja, sendo contaminada com mercúrio, pegando malária. A gente quer resgatar o bem-viver das comunidades. O nosso objetivo é salvar a população Yanomami, por isso vamos cobrar mais diálogo.”

A Apib acrescenta que é da melhoria dos atendimentos de saúde e segurança que dependem outras medidas aguardadas pelas 384 comunidades locais. “Ali tem muito o que ser feito. Queremos não só atendimento de saúde, mas uma política de recuperação ambiental pra garantir soberania alimentar ao povo Yanomami, por exemplo. Esse tipo de ação precisa ser efetivado porque é preciso dar uma sobrevida ao povo Yanomami no seu próprio território”, encerra Kleber Karipuna.

Governo

O Brasil de Fato procurou ouvir o Ministério dos Povos Indígenas para tratar da articulação do trabalho feito pelo governo federal na TI no último ano, mas a assessoria de imprensa informou que não havia porta-voz com agenda disponível para atender a reportagem. O jornal também procurou o Ministério da Justiça para abordar especificamente as questões de segurança, mas a pasta disse que a demanda seria com a Casa Civil.

Já a Casa Civil respondeu que o governo promoveu 400 operações de desintrusão na TI em 2023 e que este ano o trabalho terá “nova infraestrutura e gerência” após a decisão de que a presença das forças de segurança será permanente. Segundo o ministério, em um ano de operação houve 85% de redução nos alertas de desmatamento em novas áreas de mineração e diminuição de 90% do tráfego aéreo desconhecido, além de 114 de mandados de busca e apreensão, 175 prisões e flagrante e destruição de 340 acampamentos de garimpeiros.

A respeito das ações de saúde, a Casa Civil diz que o governo mobilizou 960 profissionais de saúde, 40% a mais do que em 2022. “Também foram reabertos sete Polos-Base e Unidades Básicas de Saúde Indígena, que estavam fechados por ações criminosas, totalizando 68 estabelecimentos de saúde com atendimento em terra Yanomami. Nessas localidades, onde é possível prestar assistência e ajuda humanitária, 307 crianças diagnosticadas com desnutrição grave ou moderada foram recuperadas”, diz a nota.

Data da notícia: **22/01/2024**

Título: MST completa 40 anos com ‘cicatrices’ da luta pela terra e disputa pelo modelo de agricultura no país

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/mst-completa-40-anos-com-cicatrices-da-luta-pela-terra-e-disputa-pelo-modelo-de-agricultura-no-pais/>

Há exatos 40 anos, na cidade de Cascavel (PR), pouco menos de 100 pessoas participavam do encontro que fundaria o maior movimento popular camponês do país e um dos maiores da América Latina. Quadro décadas depois, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está organizado em 24 estados, com 185 cooperativas, 1,9 mil associações, 120 agroindústrias, cerca de 400 mil famílias assentadas e outras 70 mil vivendo em acampamentos.

Em uma estimativa simples, segundo a média nacional de 2,79 de pessoas por residência constatada pelo Censo de 2022, ao menos 1,3 milhão de pessoas são integrantes e vivem em territórios organizados pelo MST.

No marco deste aniversário de 40 anos, o MST vai realizar em julho o seu 7º Congresso Nacional, para o qual são esperadas cerca de 15 mil pessoas em Brasília.

O último evento do tipo foi em 2014, quando o movimento definiu que, para além da democratização do acesso à terra, é preciso disputar o modelo produtivo de agricultura. Foi aí que incorporou a palavra “popular” à reforma agrária que defende, reivindicando de forma mais contundente, por exemplo, os debates ambientalistas e a defesa da agroecologia.

No evento deste ano, o MST deve trazer pontos novos ao seu programa agrário e delinear as prioridades para o próximo período, além de fazer um resgate dos seus 40 anos de história.

‘Já nasce com cicatrizes’

Para o geógrafo Bernardo Mançano, autor, entre outros, do livro A formação do MST no Brasil (Editora Vozes) e pesquisador da entidade desde o início, o Estado e os

governos são as instituições que marcam os períodos mais difíceis para o movimento. Na sua visão, o momento mais crítico do MST foi nascer.

“O movimento nasce no seio da ditadura. Ele já nasce com cicatrizes políticas de um processo que prendeu e ceifou vidas, mas ainda assim consegue conquistar territórios e começar o processo de espacialização da luta”, afirma Mançano.

O caldo que deu as bases para a fundação do MST foi o das lutas pela redemocratização na virada das décadas de 1970 e 1980, com ocupações de latifúndios feitas por agricultores no Rio Grande do Sul. Uma das mais icônicas foi a Encruzilhada Natalino, em dezembro de 1980, que recebeu grande apoio da Igreja Católica e da população da região.

“Aqueles colonos estavam numa tentativa de sobrevivência muito concreta, certamente não pensavam no que isso viria a ser. Mas olhando no retrovisor da história, foi uma inovação do formato de luta por terra no Brasil: a ocupação com lona preta”, resalta Ceres Hadich, da coordenação nacional do MST. “A Encruzilhada Natalino inaugurou um jeito de pensar a luta pela reforma agrária e fazer política que viria a ser uma das grandes marcas do MST”, resume.

Gilmar Mauro, também da coordenação nacional, não esteve no encontro fundacional do MST em 1984, mas se incorporou logo no ano seguinte, quando completou 18 anos. Nascido na cidade de Capanema (PR), uma região de pequenos agricultores, Gilmar participou da ocupação de Marmelheiro, que em 1986 se tornaria um assentamento regularizado.

Esta foi uma das tantas tomadas de latifúndio que o movimento realizou na região Sul logo depois que surgiu. Inspirados em experiências anteriores como a das Ligas Camponesas e do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), os criadores do MST definiram que ele seria nacional e teria três objetivos: a luta por terra, pela reforma agrária e por transformação social.

“Tempos depois, as pessoas foram entendendo o que significava isso: não era uma luta simplesmente pelo repartido fundiário”, resalta Gilmar Mauro. “Isso é essencial, porque parte do movimento sindical e popular no mundo acho que cometeu equívocos por eparar o que considera luta econômica e luta política. Tipo movimento sindical e popular devem fazer luta econômica e partido deve fazer luta política. Um movimento

que se volta para este viés fica puramente economicista. E um partido que não tem vínculos com a realidade socioeconômica de um país vira uma burocracia”, avalia. “São lutas inseparáveis”, sintetiza.

No seu 1º Congresso Nacional, em janeiro de 1985, os sem-terra decidiram atuar sob os lemas “Terra para quem nela trabalha” e “Ocupação é a única solução”. Cinco meses depois, 2,5 mil famílias participaram de 12 ocupações de latifúndios improdutivos em Santa Catarina.

“Já no início o movimento experimentou a produção com cooperativas”, relata Ceres. “A educação também sempre teve um papel fundamental. Percebemos que era preciso criar nosso jeito de educar, formular uma pedagogia sem-terra”, conta, destacando a experiência das escolas itinerantes. São espaços educativos sem lugar fixo que se estabelecem dentro dos acampamentos, sendo desconstruídos e reconstruídos sempre que a comunidade é obrigada a mudar de local. Em 1989 houve um debate interno sobre a possibilidade de o movimento se dividir em dois. Para Gilmar Mauro, foi um momento em que “se revelou a essência do MST”. “Algumas pessoas defendiam que deveria ter um movimento de assentados e assentadas e e outro daqueles que não tinham terra. O primeiro iria para as reivindicações de produção, crédito, etc. E o MST seguiria fazendo a luta por terra”, conta.

“Decidimos que não iríamos separar, que o MST era um só e que enquanto existir uma família de sem-terra nesse país, todos somos sem-terra. Isso foi um marco fundamental na nossa história”, expõe Gilmar.

A violência, a reação e o boom do MST

Pouco depois, o movimento enfrentaria a sua década mais sangrenta, mas também aquela em que se fez conhecer pelo Brasil. Se a violência no campo esteve presente ao longo dos 40 anos do MST, para Hadich o período entre 1995 e 2010 é aquele em que a conjugação “Estado, milícia e latifúndio se revela especialmente”.

O massacre de Eldorado do Carajás, que fez do 17 de abril o dia mundial de luta pela terra, é o mais emblemático destes episódios.

No entardecer daquele dia de 1996, cerca de 1,5 mil sem-terra chegavam ao local conhecido como Curva do S, no sudoeste do Pará. Caminhando já há uma semana,

pretendiam ir até Belém para reivindicar ao Incra a desapropriação de uma fazenda. Nunca chegaram. Cercados e atacados por 155 policiais militares, 21 camponeses foram assassinados e 79 ficaram feridos.

A comoção com o ataque, que teve cenas televisionadas, foi imensa. O debate sobre a reforma agrária tomou o centro da agenda política do país. Em 1997, três marchas simultâneas convocadas pelo MST saíram de pontos diferentes do país e caminharam por cerca de dois meses até chegar a Brasília no dia em que o massacre completou um ano, numa confluência de cerca de 100 mil pessoas.

“Foi histórico. Mas não foi o MST que colocou 100 mil. Foi a sociedade que aderiu. E colocou o movimento em outro patamar”, salienta Gilmar Mauro.

Naquele 17 de abril de 1997 foi lançado o livro de fotos Terra, de Sebastião Salgado, sobre luta pela terra, com uma apresentação do escritor português José Saramago e acompanhado por um CD de Chico Buarque. Os três artistas doaram os direitos autorais do trabalho ao MST que, com o dinheiro arrecadado, construiu a Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema (SP).

Fernando Henrique Cardoso (PSDB), então na presidência da República, se viu pressionado a criar o Ministério do Desenvolvimento Agrário (extinto em 2016 pelo governo Temer e reinstituído em 2023 com o governo Lula). Em 1998, como fruto de uma demanda do MST, surge o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). De lá para cá, 191 mil jovens camponeses ingressaram em 531 cursos em todos os estados brasileiros.

É nesse período pós massacre de Eldorado do Carajás que a TV Globo transmite a novela O rei do gado. Com um enredo que envolve um romance entre uma sem-terra e um fazendeiro, a novela teve, na avaliação de Gilmar Mauro, “o intuito de domesticar o MST e desfazer o conflito. Mas teve o efeito contrário. Acabou difundindo o tema da reforma agrária e o MST a nível nacional”.

Para Gilmar, 1997 é um ano de virada para o movimento. “Ganhamos as cidades. Principalmente as universidades. Muita gente entra para o movimento. Até surge uma palavra de ordem na época: ‘reforma agrária se faz no campo, mas se conquista na cidade’”, relembra.

O crescimento, no entanto, não fez cessar a violência. Para Ceres, um dos marcos da nova roupagem da repressão, acompanhando as mudanças do agronegócio a partir dos anos 2000, com o boom da exportação de commodities, os transgênicos e a financeirização, foi a morte de Keno, como era conhecido o agricultor Valmir Mota de Oliveira.

Em outubro de 2007, aos 34 anos, Keno foi assassinado por seguranças contratados pela transnacional suíça Syngenta. Ele participava, com outras 150 pessoas da Via Campesina – articulação internacional de movimentos populares do campo que o MST integra –, de uma ocupação na cidade de Santa Tereza do Oeste (PR). A ação denunciava a ilegalidade dos experimentos que a empresa, uma gigante do setor de transgênicos e agrotóxicos, fazia na área.

Os militantes foram atacados por 40 homens armados da empresa NF Segurança. Além de Keno, a agricultora Isabel Nascimento de Souza foi colocada de joelhos para ser executada. Quando o tiro veio, ela ergueu a cabeça e foi atingida no olho direito. Ficou cega, mas sobreviveu. Outros três ativistas ficaram feridos. Em 2018, a Syngenta foi condenada pelo Tribunal de Justiça do Paraná.

“O diferencial do assassinato do Keno pela Syngenta é que a gente não estava falando mais da violência do latifundiário, do jagunço. A gente estava falando da transnacional, daquela empresa que está no mundo impondo os transgênicos, que tem sede na Suíça”, caracteriza Hadich. Hoje, no local onde Keno foi morto funciona o Centro de Pesquisas em Agroecologia Valmir Mota de Oliveira.

As décadas de 1990 e 2000, analisa Ceres, “revelaram a violência do capital e do agronegócio e, nesta dor, nos permitiu ser acolhidos pela sociedade brasileira. Escancarou isso: são trabalhadores pobres do campo que não têm nada, que estão numa luta digna e estão apanhando, morrendo por conta disso. Foi um período que, contraditoriamente, nessa violência e nesse luto, revelou à sociedade um MST que ninguém conhecia”.

Transição para a disputa de modelo

Outra virada na história do MST aconteceu em 2014. A agroecologia – modelo de agricultura baseado em princípios ecológicos e relações socialmente justas, sem uso de fertilizantes sintéticos, agrotóxicos ou sementes transgênicas – já vinha sendo

incorporada pelo movimento desde o início dos anos 2000. Foi no último congresso, no entanto, que o MST consolida o entendimento de que o enfrentamento ao agronegócio é, para além da disputa pelo pedaço de chão, uma disputa de modelo, sobre como se trabalha naquela terra.

“Entendemos que não faz sentido a defesa de uma reforma agrária puramente distributivista e produtivista, ao estilo clássico. Mas que no Brasil, pelas condições características, precisaríamos avançar para outro tipo, sim de repartido fundiário, mas pensando de outra forma a questão ecológica, produtiva, alimentos saudáveis e assim por diante”, explica Gilmar Mauro. “É um salto de qualidade imenso”, resume.

Neste ano de 2024, o 7º Congresso Nacional deve sistematizar o próximo salto. “Essa é uma grande expectativa”, diz Ceres Hadich: “acertar na síntese que vai apontar por onde vamos caminhar nos próximos anos”.

Data da notícia: **23/01/2024**

Título: Defesa de militares que mataram músico com 82 tiros no RJ afirma que outra atitude era 'impossível'

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/23/defesa-de-militares-que-mataram-musico-com-82-tiros-afirma-que-outra-atitude-era-impossivel>

Em recurso encaminhado ao Superior Tribunal Militar (STM), ao qual o Brasil de Fato teve acesso, a defesa dos militares do Exército condenados por matar um músico com 82 tiros no Rio de Janeiro (RJ) em 2019 pediu a absolvição e afirmou que seria "impossível" outra atitude no contexto de conflito com traficantes que teria acontecido no dia do assassinato. O julgamento está previsto para o dia 29 de fevereiro.

"Seria impossível a qualquer pessoa tomar atitude diversa da que tomaram os militares naquele momento de máxima tensão. Já não se tratava da salvaguarda do patrimônio alheio, mas da própria autopreservação", afirma o recurso. Os militares são representados pelo advogado Rodrigo Roca, que já defendeu o senador Flávio

Bolsonaro (PL-RJ) no caso das rachadinhas da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) e chegou a ser nomeado Secretário Nacional do Consumidor no governo de Jair Bolsonaro (PL).

Ao todo, 12 militares foram denunciados pela morte do músico Evaldo Santos Rosa e do catador de materiais recicláveis Luciano Macedo, alvejados em abril de 2019. Quatro acabaram absolvidos por não terem feito disparos no dia da abordagem. O tenente que comandava a operação foi condenado a 31 anos e seis meses de prisão. Os demais denunciados foram sentenciados a 28 anos de encarceramento.

O advogado pede agora a absolvição de todos os envolvidos, com o argumento de que viviam um clima de tensão devido a conflitos com traficantes no dia. Também afirmam que os militares confundiram o veículo em que estava o músico com o automóvel utilizado por assaltantes no mesmo dia na região de Guadalupe, zona norte do Rio de Janeiro.

"O erro plenamente escusável dos apelantes está consubstanciado no intenso confronto vivenciado por eles ao longo do dia – tanto na parte da manhã, quanto no momento do assalto –, na periculosidade do local onde os fatos ocorreram, no concreto risco de morte que sofreram durante o dia pelas ameaças proferidas pelo chefe do tráfico, somados à circunstância em que o veículo idêntico ao do assalto se encontrava", segue a defesa dos militares.

O advogado tenta, inclusive, justificar o número de disparos. "Esta não deve impressionar, tendo em vista que se tratou de uma situação envolvendo uma viatura com 12 militares, que acreditavam estar sofrendo um novo ataque por elementos que imaginavam estar armados, ante o confronto armado ocorrido com os assaltantes minutos antes".

No dia em que foi alvejado, Evaldo estava com sua família em um Ford Ka Branco a caminho de um chá de bebê. Ao avistarem o veículo, os militares fizeram 257 disparos, segundo constatou a perícia realizada durante a investigação. O catador de material reciclável Luciano Macedo tentou socorrer Evaldo, foi alvejado e também morreu.

Ministério Público Militar rebate

A tese da defesa dos militares é contestada pelo Ministério Público Militar (MPM). As justificativas de discordância do recurso, chamadas de contrarrazões, foram apresentadas ao STM e pedem que seja mantida a condenação. Para os procuradores, os argumentos da defesa estão "impregnados de falácias".

"Fica nítido que o objetivo da defesa é o de jogar fumaça na montanha de provas e evidências contidas nos autos que demonstraram, de forma inequívoca, o cometimento de fato típico, ilícito e culpável por parte de oito dos réus", diz a manifestação do MPM.

Para o órgão, a tese aventada pela defesa, de que os militares estariam com sua percepção alterada devido a uma situação de combate intenso, não se sustenta. O procurador de Justiça Militar Luciano Gorilhas e a promotora de Justiça Militar Najla Nassif Palma apontam que naquele dia houve uma troca de tiros entre militares e supostos traficantes pela manhã, mas que a maioria dos denunciados, quando questionados ao longo da investigação, admitiram que não realizaram nenhum disparo neste conflito.

"Esses dados demonstram que, apesar da troca de tiros ocorrida, não houve confronto intenso entre a tropa militar e supostos agentes do tráfico de drogas. Reforça esse argumento o fato dos próprios militares terem dito que não atiraram", diz o MPM.

"Pelas avarias ocasionadas nas viaturas militares é possível concluir que o confronto havido entre os militares e supostos traficantes na comunidade do Muquiço não teve a intensidade idealizada pela defesa que atribuiu, sem provas, dimensão demasiada ao aludido confronto para, sem dúvida alguma, desviar o foco do fato principal (82 tiros deflagrados pelos acusados contra o carro de Evaldo e contra Luciano). A partir daí, desenvolveu a infundada tese de que o dito confronto abalou a psique dos acusados, os quais teriam sido ameaçados de morte por um traficante de alcunha 'Coronel', fato não comprovado nos autos", segue a manifestação.

Além disso, o MPM aponta que, mesmo que tenha ocorrido o assalto antes, os militares deveriam ter seguido regras de uso da força de forma proporcional.

"Os acusados não poderiam ter disparado seus fuzis sem estarem sofrendo agressão ou ameaça. E ainda que sofressem uma ameaça de um agente com uma pistola naquele contexto, não poderiam violar o padrão legal do uso da força, em especial o

emprego da força progressiva e proporcional e a tomada de todas as precauções razoáveis para não ferir terceiros, ainda mais em área urbana densamente povoada", segue.

Ao final, o MPM pede que sejam mantidas as condenações dos autores de disparos. "Todos que deflagraram disparos de arma de fogo concorreram para a morte de Evaldo e de Luciano e para os ferimentos de Sérgio e, com base na prova segura dos autos, inexistindo causa apta a juridicamente justificar suas condutas, devem ser condenados pelos crimes de homicídio."

Data da notícia: **23/01/2024**

Título: Renato Freitas (PT) divulga vídeos de tortura feita por policiais e cobra transparência na investigação do caso

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/23/renato-freitas-pt-divulga-videos-de-tortura-feita-por-policiais-e-cobra-transparencia-na-investigacao-do-caso>

O deputado estadual Renato Freitas (PT-PR) compartilhou no domingo (21) em suas redes sociais dois vídeos em que policiais militares do Paraná torturam presos em Matelândia (PR). Segundo a Polícia Militar do Paraná (PMPR), os vídeos são de 2017 e todos os envolvidos já foram afastados. O parlamentar porém exige transparência e reivindica a divulgação dos números dos processos administrativos e criminais referentes aos casos.

Os vídeos mostram jovens algemados no Batalhão da Polícia Militar de Matelândia, encostados em uma parede, sofrendo diversas agressões. Um dos policiais segura a cabeça de um deles e lhe dá um tapa. O rapaz está com uma luva cirúrgica no rosto e é possível ouvir alguém que parece estar filmando perguntar se ele "gostou do saco".

Em um segundo vídeo, aparecem ao todo quatro rapazes algemados e outro policial militar bate com um bastão nos pés de um dos jovens. É possível ouvir risadas de quem está atrás da câmera.

Em coletiva de imprensa nesta segunda-feira (22), o corregedor adjunto da PMPR, Idevaldo de Paula Cunha, disse que o órgão tinha conhecimento do primeiro vídeo e que os policiais envolvidos foram afastados. "Na época foi aberto processo apuratório, expulsório, identificados dois policiais, um que comete as agressões e outro que grava. Em 2023, os dois foram condenados na esfera criminal", disse.

No entanto, Cunha reconhece que desconhecia o segundo vídeo. "Identificamos um terceiro envolvido que é o que segura a pessoa a ser agredida. Ele também foi afastado nesta semana e tem o inquérito de apuração aberto".

Transparência

Logo após a divulgação dos vídeos, a PMPR publicou em nota que todos os envolvidos haviam sido condenados e expulsos da corporação. Após a grande repercussão das imagens, uma outra nota reconheceu que um dos militares, que só aparece em um dos vídeos, ainda não foi investigado.

O Ministério Público do Paraná (MPPR) também confirmou ter conhecimento do primeiro vídeo e atestou a condenação a perda de cargo público dos policiais. Admitiu porém que as imagens do segundo não haviam chegado ao conhecimento do órgão e que serão "adotadas medidas apuratórias para esclarecimento e eventual responsabilização".

Para Renato Freitas, é preciso ainda outros esclarecimentos por parte da PMPR. "Os meninos que aparecem no segundo momento do vídeo são menores? A PM alega que eles portavam drogas, quanto? O que aconteceu com essas vítimas, foram liberadas logo na sequência? O Estado indenizou os rapazes? Os policiais envolvidos cumpriram pena pelo crime de tortura? Quantos policiais respondem hoje pelo crime de tortura na corporação? Foram dois crimes de tortura no mesmo ano, na mesma delegacia. O que acontece por lá? Não seria o caso de abrir uma sindicância? O que o governador acha disso? Por que a Assembleia Legislativa do Paraná não leva adiante o projeto que obriga as forças de segurança a usar as câmeras corporais, no qual sou coautor? A quem interessa passar pano para torturador?", questionou.

"É preciso agir além dos casos pontuais"

Ex-coordenador do Movimento dos Policiais Antifascistas do Paraná, o policial reformado Martel Alexandre disse que, apesar da PMPR ter agido com processos administrativos e afastamento dos cargos, ainda é uma ação pontual que não impede a tortura de seguir praticada como ato comum.

"Não basta fazer com que um policial que comete um erro desses responda. É preciso averiguar se essa ação é isolada, se os demais discordam, ou se este tipo de atitude está de alguma forma sendo reproduzida na instituição", disse.

Segundo Martel, casos como estes exigem medidas para incidir sobre o todo. "Posso, por exemplo, sugerir que se faça uma pesquisa de como está o espírito da instituição, como os policiais enxergam isso. Portanto, a polícia militar deveria em nota ter demonstrado que condenou, mas que divulgou para o restante da corporação que isso será sempre repudiado. Além da nota, que esse repúdio chegue na formação destes profissionais, em cursos, etc", explicou.

Data da notícia: **24/01/2024**

Título: O que se sabe sobre a delação de Ronnie Lessa no caso Marielle Franco?

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/24/o-que-se-sabe-sobre-a-delação-de-ronnie-lessa-no-caso-marielle-franco>

O ex-policial militar do Rio de Janeiro, Ronnie Lessa, acusado de matar a vereadora Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes, teria apontado Domingos Brazão como mandante da execução ocorrida em 14 de março de 2018, durante delação premiada. A delação, porém, ainda não foi homologada no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A informação foi divulgada pelo Intercept Brasil, na manhã desta terça-feira (23).

Lessa está preso desde março de 2019 e foi condenado em julho de 2021 por destruir provas sobre o caso. As tratativas entre o ex-PM e a Polícia Federal começaram logo

depois que os agentes federais entraram no caso, em fevereiro do ano passado, após decisão do governo Lula (PT).

Domingos Brazão nega participação

Político de carreira e atual conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro (TC-RJ), Brazão negou ser o mandante do crime em entrevista concedida ao Metrôpoles também nesta terça-feira. “Eu nem conheci a Marielle Franco. Fui conhecer a Marielle Franco após esse trágico assassinato aí.”

Brazão também disse que não conhece Ronnie Lessa nem Élcio Queiroz, ex-policia militar do Rio de Janeiro acusado de dirigir o carro utilizado no crime. Em julho do ano passado, Queiroz também fechou um acordo de delação premiada com a Polícia Federal. Na ocasião, o nome de Domingos Brazão foi citado como o mandante da execução contra Marielle Franco.

“Eu não sei se realmente eles citaram o meu nome. (...) Se citaram, não sei com que intenção, então não sei se é uma manobra aí. Isso aí eu, eu, não posso julgar, não sei o que foi feito. Tenho fé em Deus, acredito na Justiça. Se estão falando meu nome para proteger alguém, o desafio das autoridades vai ser sentar e entender quem estão protegendo”, afirmou Brazão ao Metrôpoles.

“Ou, a outra hipótese que pode ter é a própria Polícia Federal estar fazendo um negócio desse, me fazendo sangrar aí, que eles devem ter uma linha de investigação e vão surpreender todo mundo aí. Não posso pensar em outra coisa. Não tenho medo de investigação. Não conheço essas pessoas. Nunca vi essas pessoas.”

Informações oficiais

Diferente da delação premiada de Élcio Queiroz, que foi homologada no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), a delação de Ronnie Lessa ainda não foi homologada. A homologação será feita no STJ, o que indica que Lessa possivelmente citou o nome de alguém que possui foro privilegiado. Caberá ao ministro Raul Araújo decidir se aceita ou não o acordo de delação.

Até o momento, a única informação oficial é que o acordo de delação foi realizado e que deverá ser homologado, se aceito, no STJ. Sem estar homologada, a delação

ainda não tem validade, ou seja, são somente declarações que não podem levar à responsabilização dos mandantes.

O foro por prerrogativa de função prevê investigação, processo e julgamento somente em órgãos colegiados para aqueles que ocupam determinados cargos na administração pública, como o presidente da República, parlamentares, magistrados e muitos outros. Um deputado federal, por exemplo, só poderia ser investigado pela Justiça Federal em instâncias superiores.

De acordo com apuração do Intercept, o advogado de Domingos Brazão, Márcio Palma, informou que não tem conhecimento sobre a citação de seu cliente na delação de Ronnie Lessa. Palma afirmou também que tudo que sabe sobre o caso vem da imprensa, já que pediu acesso aos autos e foi negado, com a justificativa que Brazão não era investigado. Em entrevistas anteriores, Domingos Brazão sempre negou qualquer participação no crime.

Brazão também já havia aparecido nas investigações sobre o assassinato de Marielle numa denúncia da então procuradora-geral da República Raquel Dodge. Em seu último dia frente à PGR, em outubro de 2019, Dodge apresentou uma denúncia ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) que apontava Domingos Brazão como suspeito de tentativa de obstrução das investigações.

“Ele é apontado como obstrutor da investigação, levando a linha para um curso que não era aquele que chegaria aos verdadeiros executores. Não é apontado [como mandante do assassinato] da Marielle não, ele é apontado como alguém que atua para que o curso do inquérito tomasse outro rumo”, disse em entrevista ao UOL em junho de 2020.

Posicionamento da Polícia Federal

Após a publicação da reportagem, a Polícia Federal (PF) publicou uma nota na qual informa que, “até o momento, ocorreu uma única delação na apuração do caso, devidamente homologada pelo Poder Judiciário”.

“As investigações seguem em sigilo, sem data prevista para seu encerramento. A divulgação e repercussão de informações que não condizem com a realidade

comprometem o trabalho investigativo e expõem cidadãos”, disse a PF sem citar a reportagem do Intercept ou o nome de Domingos Brazão.

Na mesma linha, a colunista Malu Gaspar publicou no O Globo que o governo federal teme que a publicação do Intercept comprometa a homologação da delação bem como a punição aos mandantes do crime. De acordo com a coluna, os familiares de Ronnie Lessa não concordam com o acordo por medo de represálias.

O advogado de Lessa, Bruno Castro, também é contra a delação por uma “questão de ideologia jurídica”. “Se ele realmente fez uma delação, eu saio automaticamente do caso. Eu não advogo para delator. Não importa se é o caso Marielle ou de quem rouba galinha”, disse.

Também nesta terça-feira, o ministro da Justiça, Flávio Dino, afirmou que “só há delação quando há homologação”. No mesmo tom da PF, o chefe da pasta disse em “especulações”. “O que eu creio que há, infelizmente, são especulações. Especulações que, às vezes, são irresponsáveis. Às vezes, são especulações interesseiras de quem quer, de algum modo, embaraçar ou macular o trabalho investigativo. Há uma expectativa geral, mas não há neste momento algo que confirme isso e, ao mesmo tempo, não há prazo”.

A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, irmã de Marielle Franco, também se posicionou em seu perfil no X, antigo Twitter, após a reportagem do Intercept. “Não descansaremos enquanto não houver justiça. A nossa família aguarda os comunicados e resultados oficiais das investigações e está ciente do comprometimento das autoridades para a resolução do caso. A resposta sobre esse crime – quem mandou matar Marielle e Anderson e o porquê – é um dever do Estado brasileiro”, escreveu.

Outro ponto mencionado na delação de Ronnie Lessa é o que teria motivado o assassinato de Marielle Franco. De acordo com o ex-policial militar, a vereadora se tornou um alvo depois que passou a defender uma ocupação de terras por pessoas de baixa renda, numa região supostamente cobijada pelo mandante, em Jacarepaguá, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Marielle lutava para que a área fosse classificada como de interesse social. O mandante, por sua vez, queria destinar a região para fins comerciais.

Data da notícia: **24/01/2024**

Título: Domingos Brazão nega envolvimento com assassinatos de Marielle e Anderson em entrevista a jornal

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/24/domingos-brazao-nega-envolvimento-com-assassinatos-de-marielle-e-anderson-em-entrevista-a-jornal>

Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) que teria sido apontado como mandante do assassinato de Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes, negou envolvimento com o crime na última terça-feira (23). O nome dele teria sido citado pelo ex-sargento da Polícia Militar Ronnie Lessa, após acordo de delação premiada, conforme informação divulgada pelo portal The Intercept. O acordo ainda não foi homologado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Em entrevista ao jornal O Globo, Brazão disse que não conhecia as vítimas ou mesmo Lessa e Élcio Queiroz, acusado de participar da emboscada que matou os dois.

"Lessa deve estar querendo proteger alguém. A Polícia tem que descobrir quem. Nunca fui apresentado à Marielle, ao Anderson [motorista da vereadora, que também foi morto no ataque], nem tampouco a Lessa e ao Élcio de Queiroz. Jamais estive com eles. Não tenho meu nome envolvido com milicianos. A PF não irá participar de uma armação dessas, porque tudo que se fala numa delação tem que ser confirmado", disse ao jornal.

De acordo com a reportagem do portal The Intercept, a morte de Marielle teria sido motivada por uma vingança de Brazão contra Marcelo Freixo (PSB). Durante mandato na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) Freixo presidiu a CPI das Milícias. Brazão foi um dos citados no relatório final, em 2008.

Após a publicação da reportagem, a Polícia Federal (PF) publicou uma nota na qual informa que, "até o momento, ocorreu uma única delação na apuração do caso, devidamente homologada pelo Poder Judiciário".

“As investigações seguem em sigilo, sem data prevista para seu encerramento. A divulgação e repercussão de informações que não condizem com a realidade comprometem o trabalho investigativo e expõem cidadãos”, disse a PF sem citar a reportagem do Intercept ou o nome de Domingos Brazão.

Data da notícia: **25/01/2024**

Título: Atingidos pela Vale, em Brumadinho (MG), ainda lutam por reparação justa 5 anos após o crime

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/25/atingidos-pela-vale-em-brumadinho-mg-ainda-lutam-por-reparacao-justa-5-anos-apos-o-crime>

Mais um ano se passou e atingidos pelo crime da Vale, em Brumadinho, ainda clamam por reparação justa diante dos inúmeros danos causados pelo rompimento da barragem da mina em Córrego do Feijão. O crime, que matou 272 pessoas e despejou 13 milhões de metros cúbicos de lama em toda a bacia do Rio Paraopeba e na represa de Três Marias, completa, neste 25 de janeiro de 2024, cinco anos.

“Não mudou nada. Apenas continuamos fazendo nossa luta, um dia sim e o outro também, sobre a lama de sangue da Vale, atrás da tão sonhada justiça”, relata Jacira Costa, integrante da Associação dos Familiares das Vítimas e Atingidos Pelo Rompimento da Barragem em Brumadinho (Avabrum).

Para ela e para a associação, uma das formas de reparação é a responsabilização dos culpados, que ainda seguem impunes. Jacira perdeu o filho, de 33 anos, devido ao rompimento: Thiago Mateus Costa trabalhou na Vale durante 13 anos.

Tatiane Menezes, atingida do Assentamento Queima Fogo, em Pompéu, afirma que outro grande desafio em relação à reparação é o acesso ao Programa de Transferência de Renda (PTR), um auxílio econômico dado às pessoas atingidas pelo rompimento.

Segundo ela, as comunidades que precisam ter acesso ao PTR, muitas vezes, convivem com desafios relacionados à falta de energia, água, internet e telefonia, o que dificulta o processo de comprovar residência e aderir ao programa.

A saúde física e mental são outras duas preocupações da atingida. “Não temos um acompanhamento adequado mesmo após cinco anos do crime. A falta de visibilidade nas regiões 4 e 5 também dificulta a luta por reparação, pois temos dificuldades de estarmos presentes em Brumadinho ou em Belo Horizonte, onde se concentram as instituições de Justiça”, pondera.

A região 4 é formada pelos municípios de Curvelo e Pompéu, e a região 5 é formada por Abaeté, Biquinhas, Felixlândia, Martinho Campos, Morada Nova de Minas, Paineiras, São Gonçalo do Abaeté e Três Marias.

Crime continuado

Integrante da coordenação estadual do Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), Guilherme Camponez reafirma que não houve avanço nas tratativas com a Vale. No entanto, em reportagens pagas, divulgadas pela mineradora, a Vale diz que a execução do Acordo Judicial de Reparação Integral (AJRI) atingiu 64%. Segundo o integrante do MAB, essa informação não condiz com a realidade dos territórios atingidos.

“Não há quase nada feito. Podemos citar a lama, que continua no Rio, e comprovadamente há contaminação com metais pesados, que são tóxicos. Do ponto de vista da saúde, do meio ambiente e da economia que está vinculada ao rio, continua a mesma situação. É a mesma tragédia continuada”, pontua.

O caso de Kelson Rodrigues, por exemplo, é um entre vários que enfrentam os mesmos desafios desde o rompimento. Morador do bairro Paquetá, em Betim, ele conta que o lazer dos fins de semana, às margens do Rio Paraopeba, foi suprimido pela onda de lama que invadiu as águas. No entanto, até hoje, o problema está longe de encontrar uma solução.

Segundo ele, a contaminação do rio o obrigou a fazer tratamento de pele, a aumentar o consumo de remédios e ainda o impediu de fazer algo que era costumeiro: a pescaria. “Depois do rompimento, mesmo que a pessoa tenha conseguido um

trabalho, ela não consegue se manter. O valor que eles diziam que era para ajudar a sobrevivência, com alimentação, não está sendo o suficiente até mesmo para manter o medicamento mensalmente”, lamenta.

Guilherme explica que, sem a reparação, a vida de modo geral piora. “Se a pessoa teve um dano à saúde que não foi reparado ainda, a situação econômica dela também é afetada, porque isso atrapalha o trabalho. Então vai virando uma bola de neve. Os danos vão aumentando e esses danos são supervenientes”, avalia.

Um estudo feito pelo Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (Nacab) analisou 319 processos entre 2019 e 2023, que pautaram o crime da Vale. Cerca de 75% das decisões foram desfavoráveis aos atingidos.

Liquidação coletiva

Em dezembro de 2023, o juiz Murilo Silvio de Abreu, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), acatou a tese de uma ação coletiva que trata da liquidação coletiva dos danos individuais. Nessa ação, avaliada como importante pelos atingidos, ao invés de a Justiça julgar cada caso para decidir sobre as indenizações, será realizada uma matriz de danos. Isso, na avaliação de Guilherme, pode desburocratizar o processo.

No entanto, ele acredita que a Vale ainda pode recorrer à decisão. “A empresa quer reconhecer o mínimo possível de atingidos. Para ela, é melhor não ter liquidação coletiva, porque são menos recursos que ela gastará”, alerta.

Para 2024, os atingidos também aguardam a efetivação do trabalho da Cáritas Brasileira e suas parceiras, entidade aprovada em edital feito pelas instituições de Justiça (IJs) para contribuir com projetos comunitários, de crédito e microcrédito. A iniciativa faz parte do Anexo 1.1, do Programa de Reparação Socioeconômica, um acordo estabelecido entre a Vale, o governo de Minas Gerais e as IJs em 2021.

A retomada do edital, que demorou cerca de dois anos para ser continuado pelas IJs, foi conquista da pressão popular feita pelos próprios atingidos e por movimentos populares. Para o Anexo 1.1 foram destinados R\$ 3 bilhões.

Outro lado

Procurada para comentar o caso, a Vale afirmou que o “Programa de Transferência de Renda é gerido pelas instituições de Justiça e operacionalizado pela Fundação Getúlio Vargas”.

Data da notícia: **26/01/2024**

Título: Bolsonarismo retoma articulação de propostas contra o STF no Congresso; veja o que está em jogo

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonarismo-retoma-articulacao-de-propostas-contr-o-stf-no-congresso-veja-o-que-esta-em-jogo/>

As decisões do ministro Alexandre de Moraes que autorizaram operações da Polícia Federal contra dois deputados bolsonaristas nos últimos dias reforçaram o ímpeto de expoentes da extrema-direita de apostar em pautas no Congresso Nacional para fustigar o Supremo Tribunal Federal.

Nas últimas horas, o deputado Rodrigo Valadares (União Brasil-SE) passou a coletar assinaturas a fim de protocolar uma proposta de emenda à Constituição que tornaria obrigatório o aval da Mesa Diretora da Câmara ou do Senado para medidas judiciais e diligências como busca e apreensão contra parlamentares.

Conforme o texto, a cúpula da Casa teria 10 dias para se pronunciar. Além disso, a redação estabelece que a resposta só ocorreria durante o ano legislativo – ou seja, as operações deflagradas nos últimos dias, com o Parlamento em recesso, não seriam autorizadas.

O argumento central de Valadares repete uma das principais alegações da extrema-direita: de que há um suposto “abuso” praticado pelo Judiciário contra deputados e senadores.

Até a tarde desta sexta-feira 26, o deputado sergipano havia reunido 55 das 171 assinaturas necessárias para apresentar a PEC.

Também nesta sexta, o presidente da Frente Parlamentar Agropecuária, deputado Pedro Lupion (PP-PR), afirmou que o Supremo “estica a corda” e que, devido a isso, tende a avançar a tramitação de propostas para limitar poderes da Corte. Em entrevista ao jornal O Estado de S.Paulo, o líder da bancada ruralista ainda disse esperar alguma “reação” do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ou do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Na semana passada, Alexandre de Moraes autorizou a Polícia Federal a cumprir um mandado de busca e apreensão contra o deputado bolsonarista Carlos Jordy (PL-RJ), líder da Oposição na Câmara. Aquela etapa da Operação Lesa-Pátria buscava identificar mentores intelectuais e responsáveis por planejar, financiar e incitar os atos golpistas de 8 de Janeiro de 2023.

Já nesta quinta 25, o alvo de uma operação avalizada pelo ministro foi o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ). O objetivo da PF era investigar uma suposta organização criminosa instalada na Agência Brasileira de Inteligência, órgão chefiado por Ramagem entre 2019 2022, que teria espionado desafetos do governo de Jair Bolsonaro (PL) por meio de ferramentas de geolocalização de dispositivos móveis, sem autorização judicial.

Essas operações reacenderam a disposição de bolsonaristas de patrocinar pautas contra o Supremo, a exemplo do que ocorreu no fim de 2023.

Em novembro, o Senado aprovou uma PEC que proíbe ministros do STF de conceder decisão individual que suspenda a eficácia de uma lei. Um dia depois, o presidente do Tribunal, Luís Roberto Barroso, afirmou que “não se sacrificam instituições no altar das conveniências políticas”. Para vigorar, a proposta ainda tem de ser aprovada pela Câmara, mas a pauta não é prioritária para Lira.

Rodrigo Pacheco, por sua vez, já avisou que pautará neste ano a proposta que institui mandatos fixos para ministros do Supremo. Atualmente, os magistrados da Corte só se aposentam compulsoriamente ao completarem 75 anos.

Há duas propostas sobre o tema no Senado. A PEC 16/2019, por exemplo, fixa os mandatos em oito anos. O argumento é evitar “prazos muito distintos de permanência” e “a possibilidade de ocorrer, em curtos intervalos de tempo, mudanças significativas sua composição, o que pode gerar subida modificação de entendimentos (...) já

consolidados e consequente insegurança jurídica”. Encabeça a proposta o senador Plínio Valério (PSDB-AM).

Já a PEC 51/2023 defende mandatos de 15 anos e a exigência de idade mínima de 50 anos para ministros do Supremo, liderada pelo senador Flávio Arns (PSB-PR). Ele alega que a “lentidão” na renovação da Corte “dificulta bastante que os posicionamentos sobre as grandes teses jurídicas feitos pela cúpula do Judiciário acompanhem adequadamente as mudanças nos princípios e valores que regem a vida em sociedade”.

Sem chances reais de prosperar, há uma PEC apresentada pelo deputado Domingos Sávio (PL-MG) em setembro de 2023 que concede poderes ao Congresso para suspender decisões do STF que “extrapolem os limites constitucionais”.

Segundo o texto, o Parlamento poderia “deliberar, por três quintos dos membros de cada Casa legislativa, em dois turnos, sobre projeto de decreto legislativo do Congresso Nacional, apresentado por 1/3 dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado, que proponha sustar decisão do Supremo Tribunal Federal que tenha transitado em julgado, e que extrapole os limites constitucionais”.

Para ser promulgada, uma PEC precisa ser aprovada em dois turnos por no mínimo 308 deputados e por 49 senadores.

Por fim, além de propostas que atingem diretamente o funcionamento do Supremo, o Congresso aposta em matérias cujo mérito já está sob análise da Corte.

No ano passado, os parlamentares aprovaram o projeto de lei do Marco Temporal para a demarcação de terras indígenas no mesmo dia em que o Supremo concluiu o julgamento no qual declarou inconstitucional essa tese ruralista. O presidente Lula (PT) vetou o marco, mas o Congresso derrubou o veto e o tema deve voltar a ser analisado pelo próprio STF.

Outro exemplo é a PEC apresentada por Rodrigo Pacheco para tornar crime a posse e o porte de qualquer droga, independentemente da quantidade. Simultaneamente, o Supremo está a um voto de descriminalizar o porte de maconha para consumo pessoal, em julgamento que tende a ser retomado neste ano.

Também tramita no Senado uma tentativa de bolsonaristas de aprovar a convocação de um plebiscito sobre o aborto. Enquanto isso, o STF já iniciou a análise de uma ação que pode descriminalizar a interrupção voluntária da gravidez até a 12ª semana de gestação. Cabe a Barroso marcar uma data para continuar o julgamento.

Data da notícia: **27/01/2024**

Título: MST celebra 40 anos em ato político com presença de ministros e lideranças partidárias e populares

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/27/mst-celebra-40-anos-em-ato-politico-com-presenca-de-ministros-e-liderancas-partidarias-e-populares>

Neste sábado (27), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizou um ato político em celebração aos seus 40 anos, na Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema (SP). O movimento popular camponês está organizado em 24 estados do país, com 185 cooperativas, 120 agroindústrias e cerca de 400 mil famílias assentadas.

Durante a celebração, o movimento lançou uma carta aberta ao povo brasileiro. O documento cita várias medidas para combater a fome, estimular a produção de alimentos saudáveis, educação, cultura, combater as violências e levar mais vida ao campo.

O ato contou com a presença de aproximadamente mil pessoas. Estiveram presentes, inclusive os ministros Silvio Almeida, dos Direitos Humanos; Márcio Macêdo, da Secretaria-Geral da Presidência; Paulo Teixeira, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; e Luiz Marinho, do Trabalho.

"O MST ensina que nós não podemos cair na ilusão de separar o conhecimento da prática", comentou o ministro Silvio Almeida. "Nós estamos fazendo essa celebração dentro de uma escola. Não se faz revolução sem ciência. O MST tem feito política de direitos humanos há muito tempo", disse Almeida.

O ministro da Agricultura, Paulo Teixeira destacou que o MST "escreve a história do Brasil ao atuar com os mais pobres e organizá-los para lutar pela reforma agrária e produzir alimentos saudáveis. O movimento tem uma enorme expressão como modelo de organização de luta pela terra".

Também participam da cerimônia representantes do cônsul de Cuba, Benício Pérez, movimentos populares e partidos políticos de todo o país.

José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil, disse que a luta do MST é uma luta pedagógica. "Nos ensina e mais do que isso, nos convoca e nos alinha a uma direção. O MST tem empurrado as nossas forças políticas e tem nos alertado sobre os desafios que temos pela frente", analisa.

Coletiva sobre os 40 anos do MST

Antes do ato político foi realizada uma coletiva sobre os 40 anos do MST, com Ceres Hadich, da direção nacional e Jaime Amorim, da coordenação nacional do movimento. "Apesar da direita e de parte da imprensa nos chamarem de invasores, na verdade é o contrário. Quem sempre invade é o latifúndio", disse Jaime Amorim.

Amorim também afirma que o movimento irá lançar candidaturas no próximo ano. "Precisamos ter representantes nas câmaras municipais e fazer a disputa com o fundamentalismo evangélico nos municípios." Um dos nomes já sedimentados para enfrentar a disputa municipal é o de Rosa Amorim para a Prefeitura de Caruaru, em Pernambuco. Hoje, Amorim é deputada pelo PT no estado.

"A luta pela terra, a luta pela reforma agrária transcende gerações. Ela não nasceu com o MST. A gente é herdeiro de uma luta histórica que tem mais de 500 anos no Brasil", comentou Ceres Hadich, da direção nacional do movimento.

Data da notícia: **29/01/2024**

Título: Para conter extrema direita, grupos ligados a igreja católica lançam formação para candidaturas

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/29/para-conter-extrema-direita-grupos-ligados-a-igreja-catolica-lancam-formacao-para-candidaturas>

Grupos ligados a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) lançarão o “Curso de Planejamento de Campanha Eleitoral”, que ocorrerá dentro do projeto “Encantar a Política”. No anúncio da formação, os organizadores afirmam que ela é destinada a “lideranças de movimentos sociais e eclesiais que são comprometidas com a democracia, a justiça e a paz e que disputarão as eleições municipais deste ano.”

Daniel Seidel, membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP) e coordenador do curso, explica que a declaração de fé não será obrigatória, mas há uma inclinação à esquerda na formação.

“O que apresentamos de forma explícita é um conjunto de valores que caracteriza o novo humanismo que o papa Francisco tem proposto, calçado na solidariedade, fraternidade, igualdade, na justiça social e ambiental. Ou seja, não escondemos qual a intencionalidade de projetos que queremos apresentar. A profissão na fé católica não será uma obrigatoriedade”, disse Seidel.

O curso teve uma primeira edição nas eleições de 2022, em caráter quase experimental. Em 2024, os organizadores pretendem expandir a experiência e, antes mesmo do lançamento oficial, já há 400 inscritos, de organizações, partidos e movimentos próximos dos órgãos à frente da formação.

Em 2022, 140 pessoas fizeram o curso, 57 mulheres e 84 homens. Do total, 64 eram do sudeste, 19 do nordeste, 18 do norte, 17 do sul e 9 do centro-oeste. Na distribuição partidária, a maioria era oriunda do PT (58), mas havia participantes do PSOL (17), Rede (6), PSB (6), PDT (3), PCdoB (3), Podemos (2) e PV (2). Progressistas, PRTB, PSB, PSC, PSD, PSL, Solidariedade e União Brasil tinham um representante cada.

A conjuntura política do interior do país é levada em conta pela organização do curso. “Para nós, o importante é a identidade dos mandatos. Não identificamos a questão partidária porque sabemos que em diversas regiões do país há acordos particulares que fogem do discurso ideológico”, explica Seidel.

Em 2024, o curso será integralmente virtual e deve ter seu início em 1 de março. Além da CBJP, participam da organização da formação o Conselho Nacional do Laicato do Brasil (CNLB), o Centro Nacional de Fé e Política Dom Hélder Câmara (Cefep) e o Núcleo de Estudos Sociopolíticos da Pontífice Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais.

“Trata-se de reabilitar a política como uma prática para os povos oprimidos e enfrentar a demonização da política, que era feita pela grande mídia. Então, com o fôlego da Fratelli Tutti, que ganhou adesão dentro da CNBB. É importante dizer que isso ocorreu dentro do governo anterior (Jair Bolsonaro) que uniu muitos setores dentro da igreja”, conta Seidel.

A Fratelli Tutti é uma encíclica do Papa Francisco, divulgada em 3 de outubro de 2020, sobre a fraternidade e a amizade social. O documento, que faz parte da Doutrina Social da Igreja Católica, encontrou críticas em setores à direita dentro da igreja, que consideram um documento com inclinação à esquerda, por sua preocupação com os mais pobres e excluídos.

Data da notícia: **29/01/2024**

Título: Brasil tem um assassinato de pessoa trans a cada 3 dias, aponta relatório

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/29/brasil-tem-um-assassinato-de-pessoa-trans-a-cada-3-dias-aponta-relatorio>

Aconteceu dentro de casa, por um conhecido. O assassinato de Julia Nicolay Moreira da Silva, técnica de enfermagem, em julho de 2023, infelizmente se somou a um dado que voltou a crescer no Brasil no último ano: ao menos 145 pessoas trans foram mortas

no país de acordo com levantamento inédito da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), divulgado nesta segunda, 29 de janeiro. O número leva à média de mais de um assassinato a cada três dias. Em 2022, o total de assassinatos foi de 131, cerca de 10% a menos.

Com 34 anos na época do crime, Silva representa alguns dos perfis mais comuns de vítimas no Brasil, segundo o levantamento da Antra. A maioria são de mulheres transexuais como ela. Quase 80% não chegam a ter 35 anos de idade. E a maior parte dos crimes acontecem com uso excessivo de violência e requintes de crueldade, que foi o caso de técnica de enfermagem.

O crime foi investigado pela Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense como feminicídio. O suspeito, de 19 anos, foi preso um mês após matar Silva, com a ajuda de um adolescente que na época tinha 17 anos. Na denúncia, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) destacou que “o crime foi praticado por motivo fútil, uma vez que o denunciado foi impulsionado pelo ódio nutrido pela vítima em razão desta ser transexual”.

Procurada pela Pública, a Polícia Civil do Rio de Janeiro disse que “diligências seguem em andamento para prender o outro criminoso envolvido no crime”.

Este foi o 7º relatório divulgado pela Antra, que reúne dados de assassinato de pessoas trans desde 2017. O levantamento é feito a partir de dados governamentais, como o Disque 100 e o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde, órgãos de segurança pública, processos judiciais e casos publicados em veículos jornalísticos.

Assassinatos de pessoas trans no Rio de Janeiro e Paraná dobram em um ano

O estado que mais registrou assassinatos de pessoas trans em 2023 foi São Paulo, com 19 casos. Contudo, Rio de Janeiro e Paraná se destacam entre os que tiveram maior aumento de mortes desde 2022. Em ambos, o número de assassinatos dobrou de um ano para o outro.

No Rio, onde vivia Julia Nicolay Moreira da Silva, foram registrados 16 homicídios no ano de 2023, contra oito em 2022.

Questionado sobre quais são as políticas públicas disponíveis à população travesti, transexual e não-binária, o Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP) respondeu que atua na promoção e garantia dos direitos da população LGBTQIAP+ por meio de programas sociais. “O Rio Sem LGBTIfobia conta atualmente com 20 Centros de Cidadania LGBTI, que oferecem todo o suporte necessário com atendimento social e psicológico, além de acompanhamento jurídico dos casos necessários”, destacou o órgão. Leia a nota completa aqui.

Gab Van, de 35 anos, é ativista e diretor da Marcha Trans e Travesti do Rio de Janeiro. Segundo ele, a falta de políticas públicas e o conservadorismo incentivado pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) colaboraram para o aumento do número de travestis e transexuais mortas no estado, pela incitação aos discursos de ódio.

“Não tem como falar que essas mortes [de pessoas trans e travestis] não aumentaram devido ao ódio que o último governo deixou”, disse o diretor, sobre o que pode explicar a ascensão no número de mortes do estado. “A maioria dessas mortes são na Baixada, em lugares afastados do centro e que a sociedade não é ensinada e nem educada [sobre identidade de gênero]”, completou Gab.

Para o ativista, a vulnerabilidade da comunidade transexual, travesti e não-binária não está só ligada à falta de acesso às políticas públicas, mas também à forma como a pessoa se identifica. “Quando a gente fala ‘corpo vulnerável’, não estamos falando da galera [exclusivamente] pobre, mas uma pessoa que, por mais que tenha estudo ou alguma base, o corpo continua sendo vulnerável”, pontuou.

Já no Paraná, os homicídios de pessoas trans passaram de seis para 12 no período 2022-2023.

“O comitê da população LGBT do Paraná tem cobrado muito que se melhore a identificação de violência, então, talvez o resultado reflita essa melhora na identificação dos casos, mas, o Paraná tem um histórico muito grande de conservadorismo. O governador é um apoiador do ex-presidente Bolsonaro. Então, não é difícil imaginar uma relação desses dados com um discurso conservador e violento”, critica o coordenador nacional do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (Ibrat), Fabian Algarte, que vive no Paraná.

A Pública procurou pela Secretaria da Segurança Pública (SSP) do Estado, sob a gestão do governador Ratinho Junior (PSD), para responder sobre quais políticas públicas existem para reduzir as mortes de pessoas transexuais, travestis e não-binárias, mas não houve resposta até a publicação desta reportagem.

Os estados do Piauí e Rondônia também tiveram o dobro de mortes de um ano para o outro, mas ambos haviam registrado apenas um caso em 2022.

No Brasil, como um todo, a Antra registrou 36 homicídios de pessoas trans menores de 18 anos nos últimos 7 anos. Quase 80% das vítimas tinham menos de 35 anos de idade.

Além disso, a maioria das vítimas é de mulheres transexuais, e a média de pessoas trans negras assassinadas é de 78,7% do total.

De acordo com Gab Van, o Brasil é um país racista, o que reverbera no alto índice de mortalidade de pessoas trans pretas. Sobre o cenário fluminense, o ativista destaca: “O projeto de Segurança Pública do Rio de Janeiro é [de] matar jovens pretos, independente deles serem cis ou trans”.

Falta de dados públicos prejudica informação sobre violência contra pessoas trans

O aumento na quantidade de homicídios de pessoas trans, apontado pelo levantamento da Antra, contrasta com a previsão de que os homicídios como um todo no Brasil tiveram redução em 2023. Segundo projeção do Ministério da Segurança Pública, a quantidade de assassinatos no país caiu 6% em relação a 2022.

O relatório também aponta que há um vazio de dados de crimes contra pessoas trans no Brasil nas bases de órgãos públicos. “Como vem sendo insistentemente denunciado desde a primeira edição deste dossiê, a ausência de dados governamentais é um problema sério que precisa de atenção. Dados sobre essas violências seguem inexistentes ou insuficientes quando comparadas com o que é reportado pelos canais de notícias”, destaca o texto.

Apesar dos dados de crimes, o relatório também destaca como avanços a recriação do Conselho Nacional pelos direitos da população LGBTQIA+, um novo grupo de trabalho no Ministério da Saúde para revisar a política de saúde para a população

trans, a criação de uma estratégia nacional de enfrentamento à violência contra pessoas LGBTQIA+, dentre outras ações. Além disso, neste ano de 2024, são comemorados 20 anos de visibilidade trans no país.

Data da notícia: **30/01/2024**

Título: Ex-rota e 'anticomunista': o indicado por Bolsonaro para vice de Nunes

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/politica/ex-rota-e-anticomunista-o-indicado-por-bolsonaro-para-vice-de-nunes/>

Após indicação do apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) à candidatura de reeleição de Ricardo Nunes (MDB) para a Prefeitura de São Paulo, deverá caber ao ex-capitão a escolha de um aliado para ocupar a vaga de vice.

O nome sugerido por Bolsonaro é Ricardo de Mello Araújo, coronel aposentado da Polícia Militar, que advoga por posicionamentos familiares aos do ex-presidente.

A indicação do militar foi levada ao prefeito Ricardo Nunes, na segunda-feira 29, pelo presidente do PL, Valdemar Costa Neto.

Em publicações pelas redes sociais, o militar já se manifestou em apoio ao impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal, questionou a confiabilidade das urnas eletrônicas e se mostrou contra a obrigatoriedade da vacina contra a Covid-19, assim como criticou a política sanitária do isolamento social durante a pandemia.

A indicação do ex-coronel da Rota é simbólica para reforçar o comprometimento da chapa com a segurança pública, principal pauta eleitoral na disputa pela Prefeitura paulista.

Mello Araújo também já defendeu abordagens diferentes da Rota em bairros ricos e na periferia e posicionou a favor da extinção da Ouvidoria da polícia, órgão responsável por receber e analisar as denúncias recebidas contra policiais por má conduta.

Assim como Jair Bolsonaro e o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), Mello Araújo diz ser contra a implementação das câmeras de segurança nos uniformes dos agentes de segurança.

Nunes e o ex-coronel da Rota não tem uma ligação próxima. Registros oficiais mostram que o prefeito esteve com o ex-PM apenas duas vezes, em encontros políticos.

Uma delas foi durante um evento na Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), à época presidido por Araújo.

Na administração da empresa federal, o ex-Rota teria promovido a militarização do Ceagesp, nomeando ao menos 22 PMs para cargos comissionados.

Foi na gestão dele que a companhia estatal alugou uma sala em sua sede para a instalação de um clube de tiro.

Ainda na condução da empresa, Araújo entrou em conflito com o Sindicato dos Empregadores em Centrais de Abastecimento de Alimentos do Estado de São Paulo (Sindbast). Na ocasião, o presidente do Ceagesp chegou a ser chamado de “fascistinha” e “autoritário”.

O ex-Rota é acusado de ter convocado outros agentes de segurança estatal para uma manifestação do 7 de setembro, a favor de Bolsonaro.

“Não podemos permitir que o comunismo assuma nosso país”, disse em um vídeo publicado nas redes sociais.

Dias depois do vídeo, Araújo chegou a responder por um inquérito na Corregedoria da PM, mas o procedimento foi arquivado sem resolução de mérito. A participação de policiais em manifestações partidárias é vetada por lei.

Além de Mello Araújo outros três nomes foram considerados por Bolsonaro: Sonaira Fernandes, secretária da Mulher no governo Tarcísio de Freitas (Republicanos); Tomé Abdouch, deputado estadual por São Paulo; e Raquel Gallinati, ex-presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo.

Apesar da escolha de Bolsonaro, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto ainda avalia outras alternativas. A sigla deverá promover pesquisas qualitativas nas próximas semanas para tentar os nomes dos candidatos à vice.

Data da notícia: **30/01/2024**

Título: Carlos Bolsonaro é esperado na PF para depor nesta terça-feira (30)

Fonte pesquisada: <https://www.cnnbrasil.com.br>

Link da notícia: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/carlos-bolsonaro-e-esperado-na-pf-para-depor-nesta-terca-feira-30/>

O vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ) é esperado nesta terça-feira (30) para prestar depoimento à Polícia Federal (PF), a partir das 9h, na Superintendência do Rio de Janeiro.

A informação foi dada por seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), na última segunda-feira (29), durante entrevista à CNN. No mesmo dia, Carlos foi alvo de uma ação da PF, desdobramento da Operação Vigilância Aproximada, que investiga o monitoramento ilegal de autoridades por parte da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) durante a gestão de Alexandre Ramagem.

A defesa do vereador, no entanto, disse que o depoimento não se refere à operação de ontem. Segundo o advogado Antonio Carlos Fonseca, a oitiva foi marcada há algumas semanas e se refere a uma publicação feita por Carlos em agosto do ano passado. O inquérito também está em segredo de Justiça.

“É um procedimento é outro inquérito que também está em sigilo. Não tem nada a ver com os fatos de hoje. Pura coincidência”, disse o advogado à CNN.

Sobre o que será o depoimento de Carlos?

O depoimento atende a uma intimação da PF sobre uma postagem de Carlos Bolsonaro feita em 27 de agosto de 2023. A mensagem foi tida como ofensiva ao diretor da Polícia Federal, Andrei Rodrigues.

O filho de Bolsonaro republica uma postagem do perfil “Dama de Ferro” que traz imagens de alusões ao pai morto em forma de sátira que afirma “zero busca e apreensão, zero inquérito, zero perfis bloqueados, zero reportagem em repúdio, pessoas presas: zero”. No título da postagem, a frase “tudo pela manutenção da democracia”.

Sobre esta imagem, Carlos Bolsonaro afirma “o seu guarda diretor aqui enxerga com outros olhos”, no que foi interpretado como alusão a investigações desequilibradas entre ameaças a Lula e a Bolsonaro.

O que diz a defesa de Carlos?

Fonseca diz que de acordo com o setor de inteligência da Polícia Federal, a publicação do vereador “seria ofensiva ao atual diretor”, Andrei Rodrigues.

Nas palavras de Fonseca, Rodrigues “sequer tinha conhecimento do fato e foi instado a se manifestar e determinou a instauração do inquérito”.

Data da notícia: **31/01/2024**

Título: Desemprego fecha 2023 em 7,4% e tem menor média anual desde 2014

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/31/desemprego-fecha-2023-em-7-4-e-tem-menor-media-anual-desde-2014>

O percentual de trabalhadores brasileiros desempregados encerrou o ano de 2023 em 7,4%. Com isso, a taxa média de desocupação no país durante o primeiro ano do novo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ficou em 7,8%, 1,8 ponto percentual a menos do que os 9,6% registrados em 2022. O desemprego médio em 2023 foi o menor já registrado desde o ano de 2014.

Os dados foram divulgados nesta quarta-feira (31) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fazem parte da última edição da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Segundo o IBGE, os dados de 2023 confirmam a tendência de recuperação do mercado de trabalho após o impacto da pandemia do novo coronavírus.

"A queda da taxa de desocupação ocorreu fundamentalmente por uma expansão significativa da população ocupada, ou seja, do número de pessoas trabalhando, chegando ao recorde da série, iniciada em 2012", explicou a coordenadora de Pesquisas por Amostra de Domicílios do IBGE, Adriana Beringuy.

De 2022 para 2023, 8,5 milhões de desempregados conseguiram um trabalho no país, o que representa uma redução de 17,6% do número total de desocupados. Já a população ocupada bateu recorde no ano passado e chegou a média de 100,7 milhões. Isso representa um crescimento de 3,8% sobre a média de 2022.

O nível médio da ocupação (percentual ocupados em idade de trabalhar) cresceu e chegou a 57,6% em 2023, contra os 56% em 2022.

O número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada cresceu 5,8% no ano e chegou a 37,7 milhões de pessoas, o mais alto da série. Também cresceu 5,9% o contingente anual de empregados sem carteira assinada. A estimativa anual é que sejam 13,4 milhões de pessoas, o pico da série.

Informalidade em queda

Apesar do crescimento do número de pessoas trabalhando sem carteira assinada ter crescido, a taxa anual de informalidade caiu de 39,4% para 39,2% de 2022 para 2023.

Já a população desalentada (aquele que desistiu de procurar emprego) diminuiu 12,4%, para 3,7 milhões de pessoas.

O valor anual do rendimento real habitual foi estimado em R\$ 2.979, um aumento de R\$ 199 ou 7,2% na comparação com 2022. Apesar do crescimento no ano, esse rendimento ainda está abaixo dos R\$ 2.989 registrados em 2014. Ou seja, hoje um trabalhador brasileiro recebe, em média, menos do que recebia há nove anos.

1,5 milhão de empregos

A economia brasileira ainda gerou 1,483 milhão de vagas de trabalho com carteira assinada em 2023. O saldo foi divulgado nesta terça-feira (30) pelo Ministério do Trabalho, o qual gere o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

De acordo com o Caged, foram 23,2 milhões de admissões e 21,7 milhões de desligamentos ao longo do ano passado. O setor de serviços foi o que mais gerou trabalho, criando 886 mil novos postos. O salário médio de admissão foi de R\$ 2.021,73.

O governo federal estimava gerar em 2023 cerca de 2 milhões de empregos formais. O resultado não foi alcançado, em parte, porque, em dezembro, houve 430 mil mais demissões do que admissões — o movimento é explicado por desligamentos sazonais.

Dezembro, aliás, foi o único mês de 2023 com saldo negativo na geração de empregos. Em dezembro de 2022, o saldo negativo havia sido maior: 455 mil vagas cortadas.

Já considerando o resultado de dezembro, 2023 foi o pior ano para geração de emprego formal no país desde 2020 — ano em que emergiu a pandemia do novo coronavírus. Em 2022, foram gerados 2 milhões de vagas; em 2021, 2,78 milhões.